

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS,  
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E SERVIÇO SOCIAL - FACES  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

THAIS LIMA CINTRA

O DRAMA DE MORAR NA RUA: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO  
MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG

ITUIUTABA

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS,  
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E SERVIÇO SOCIAL - FACES  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

THAIS LIMA CINTRA

O DRAMA DE MORAR NA RUA: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO  
MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia De Produção e Serviço Social – Universidade Federal de Uberlândia – como um dos requisitos necessários para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Luzilene de Almeida Martiniano

ITUIUTABA

2018

THAIS LIMA CINTRA

O DRAMA DE MORAR NA RUA: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO  
MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia De Produção e Serviço Social – Universidade Federal de Uberlândia – como um dos requisitos necessários para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Luzilene de Almeida Martiniano

Ituiutaba, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

---

Profa. Dra. Luzilene de Almeida Martiniano (FACES /UFU)

*“Quando eu contei meus sonhos para alguém  
Me disseram são grandes demais pra você  
Quando falei onde queria chegar  
Me disseram pare por aqui não vá além*

*Mas com Deus foi bem diferente  
Ele me disse vá em frente eu contigo estou  
Quando eu senti medo de seguir  
Disse: Prossiga eu te fiz pra ser um vencedor*

*Desde então eu nunca mais me limitei  
Eu guardei no coração as palavras de Deus  
Descobri que os planos Dele para mim  
São muito maiores que os meus...”.*

*(Leandro Borges)*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me acompanhar a todo momento, me dando forças para continuar quando a vontade de desistir era grande mas uma força maior me fazia continuar e continuei mesmo em meio de provações, obstáculos e dificuldades. Essa força vem do céu, vem de Deus! Não teria conseguido se tivesse desistido no meio do caminho, mas minha fé e o sonho de formar em Serviço Social foram maiores que meu medo, e as adversidades que enfrentei até aqui me tornaram mais forte e madura. Resisti e continuei me esforçando para que este sonho fosse um dia realizado e hoje escrevo esse agradecimento cheia de gratidão por tudo e por todos que me acompanharam nesta caminhada.

Agradeço minha família, meu pai, minha mãe e minhas irmãs por todo carinho, paciência e incentivo em continuar lutando pela realização deste sonho. Principalmente minha mãe por todo apoio em momentos que pensei em desistir e que achava que não conseguiria, quando me encontrava desmotivada. Por toda força e amor que me fez continuar seguindo em frente, buscando concluir todas as etapas desta graduação. Mãe, minha guerreira te amo! Mãe, pai e irmãs, não desisti de lutar, por vocês...

Agradeço imensamente à minha orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Luzilene, por aceitar ser minha orientadora, acreditar em mim quando nem eu mesma acreditava que seria capaz. Minha felicidade transbordou quando aceitou ser minha orientadora, sempre quis que isso acontecesse desde o Projeto de Pesquisa, sei que não fui das melhores alunas, mas seu incentivo foi essencial, amadureci muito e tentei me esforçar para retribuir todo apoio que você me deu nesta caminhada. Jamais teria conseguido e não estaria escrevendo isso neste momento se não fosse seu carinho, atenção, conselhos e orientação neste tempo me acompanhando e orientando. Obrigada pela paciência, por me orientar e acreditar que eu conseguiria, você merece todo meu esforço muito além do que possa imaginar. Sentirei falta acredite, das suas orientações e de todo seu cuidado, paciência e sabedoria. A leveza da pessoa, professora e orientadora incrível que você é me motivou quando me encontrava desmotivada e fez com que tudo fosse diferente. Não tenho palavras Lu que descrevam a minha eterna gratidão e meu carinho por você, ter você como minha orientadora me motivou a ir além, me fez acreditar que eu era capaz e que

precisava apenas de alguém que acreditasse que isso fosse possível. Te dedico esta frase: “Tudo o que um sonho precisa para ser realizado é alguém que acredite que ele possa ser realizado.” Roberto Shinyashiki.

Agradeço também a todos professores que contribuíram muito na minha formação, cada um com suas características, formas de ensinar e transmitir conhecimentos.

Agradeço a todos meus colegas da 4ª Turma de Serviço Social, por todos os momentos de alegria compartilhados, aprendizado e que de alguma forma contribuíram neste processo. Em especial a Camila, minha amiga irmã, fomos alunas e petianas juntas. Irmã minha inspiração veio de você por ser tão dedicada e exemplar, por todo carinho nestes anos, ela que sempre me motivou, me aconselhou e não me deixou desistir em momentos difíceis, gratidão eterna irmã.

Agradeço aos companheiros de trabalho em grupo Lívia, Rafael Fagundes, Nathália a alegria de vocês e o companheirismo foram essenciais. Rafa obrigada pelo incentivo neste tempo e sua alegria contagiante. Lívia nesta reta final quero te agradecer por todo apoio e pelo carinho nestes anos de graduação.

Agradeço também aos colegas de turma Sílvia, Laura, Magali, Márcia, Ana Lúcia e Lidiane, companheiras por todo incentivo nesta caminhada.

Agradeço a Annelise por todo apoio, incentivo, conselhos durante a Graduação, idas para Uberlândia no período do meu estágio. Você me fortaleceu ainda mais com a sua amizade e companheirismo. Sou grata por conhecê-la, irmã!

Agradeço a equipe do Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP), aos porteiros, diretor, cozinheiras, colegas estagiárias, Assistentes Sociais, Psicólogos, enfim, por me acolherem tão bem em todos os períodos de estágio. Foi uma experiência incrível que levarei por toda minha vida. O estágio com a população em situação de rua, a aproximação com a realidade e seus enfrentamentos me fez apaixonar pelo tema, e pela profissão. Agradeço imensamente a Psicóloga Nina pelos conselhos no período de estágio, queria que ela soubesse o quanto admiro a profissional e pessoa que ela é!

Agradeço em especial, minha amada supervisora de estágio Ariadne Ghenov, por todo conhecimento, amizade, conselhos e incentivo. Você contribuiu muito na minha formação, me fez crescer como pessoa, futura profissional Assistente Social. Minha eterna gratidão por todos os momentos no estágio, nas

abordagens de rua, nas caronas até a UFU Sta. Mônica. Você foi como uma mãe para mim, criamos uma amizade tão forte que levarei pra sempre no meu coração. Ariadne, obrigada mais uma vez por todos ensinamentos, conselhos sábios e toda sua experiência como Assistente Social nestes anos e sua dedicação no trabalho me confirmaram que eu estava no caminho certo, e que um dia seria uma profissional como você é ou pelo menos faria o possível e sempre me lembrarei de você, você foi o meu espelho e minha fonte de inspiração. Sem dúvidas a melhor Assistente Social, supervisora, amiga e nos momentos difíceis uma mãe para mim... Amo você!

Agradeço aos motoristas do transporte da UFU, Adevânio e João pela paciência e profissionalismo durante os dois anos de estágio. Pelas conversas e risadas que descontraía em um período tão cansativo mas gratificante e que também contribuíram neste processo.

Agradeço a população em situação de rua por me ensinarem tanto. A população de rua atendida pelo Centro POP, que permitiram uma aproximação com essa realidade e aos que frequentam a Casa de Maria, em especial aos três entrevistados. Obrigada por compartilharem um pouco das suas histórias de vida comigo. A rua é uma escola frequentada por vocês, cada um de vocês possuem suas particularidades e motivos por estarem enfrentando esta situação, minha vontade era dizer a todos que: "Sejam resilientes, fortes e corajosos... Tenham fé, pois nada que enfrentamos nesta vida é em vão, se não é benção é lição, aprendizado e experiência. Tudo passa!"

Ao Programa de Educação Tutorial (PET Mais Saúde) em especial as tutoras Elaine Kikuti e Juliana Povh por todo conhecimento, experiência, carinho, paciência e sabedoria. A todos os colegas petianos que conheci, por todo aprendizado adquirido, viagens, momentos inesquecíveis nestes dois anos de PET, em especial a Camila, Sílvia, Lidiane, Delles, Mayara, Tamires, Miquéias, Miguel e Renan.

A banca examinadora por ter aceitado nosso convite.

Por fim, agradeço a todos da Casa de Maria Nossa Senhora das Graças, ao presidente da Casa que autorizou e permitiu a realização da pesquisa de campo no local. A Casa de Acolhimento e Oração é um lugar tão abençoado que desde que conheci me tocou e ainda por acolher a população de rua, o que fez com que eu me

tornasse voluntária, e ter prazer de prestar este serviço á casa e ás pessoas que dela necessitam de seus recursos oferecidos. Agradeço a voluntária Sônia por me acolher e ser tão educada, quando fui até o local para pedir informação sobre a pesquisa/entrevista. Ás minhas colegas voluntárias que contribuem no funcionamento diário desta Casa de Acolhimento, em especial minha colega Ana, companheira de voluntariado atualmente nos dias de quarta-feira pelos momentos, por sua alegria contagiante, pela paz que você transmite e faz com que o local seja ainda mais abençoado e feliz, sou grata por ter te conhecido.

Enfim, meu sincero agradecimento a todos que contribuíram de alguma forma para que concluísse esta etapa tão importante da minha vida... GRATIDÃO!

## RESUMO

Esse estudo tem como tema a população em situação de rua no município de Ituiutaba-MG. A pesquisa de campo foi feita na Casa de Maria Nossa Senhora das Graças em Ituiutaba-MG com três pessoas em situação de rua. O objetivo da pesquisa foi identificar os fatores que levaram essa população a fazer da rua sua moradia, também buscou-se conhecer as estratégias de sobrevivência nas ruas e, apontou-se as principais dificuldades enfrentadas. Para alcançar estes objetivos foi realizado a pesquisa exploratória, utilizando como procedimento as pesquisas bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de livros, revistas, artigos e meios eletrônicos. Para a realização da pesquisa de campo, optou-se pela entrevista a partir de formulário estruturado com questões abertas, privilegiando-se a fala dos sujeitos e também o referencial teórico utilizado para conceituar a população em situação de rua. Utilizou-se a abordagem qualitativa para análise dos dados coletados.

**Palavras-chave:** População em situação de rua. Vulnerabilidade. Exclusão. Estratégias de sobrevivência.

## **ABSTRACT**

This present research has as study about the street dwellers of Ituiutaba city – MG. The field research was realized on Casa de Maria Nossa Senhora das Graças locate in Ituiutaba – MG, with three people from this social group. The purpose was recognize the factors that led this population to make the street their dwelling, and also sought to know the survival strategies in the streets, to point out the main difficulties faced. In order to reach these objectives, the exploratory research was carried out, using bibliographical and field research as a procedure. The bibliographic research was carried out from books, magazines, articles and electronic media. In order to perform the field research, the interview was chosen based on a structured form with open questions, focusing on the subjects' speech and also on the theoretical reference used to conceptualize the street population. Then a qualitative approach was used to analyze the data collected.

**Keywords:** Street Dwellers. Vulnerability. Exclusion. Survival Strategies.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>BPC</b>	Benefício de Prestação Continuada
<b>CEP</b>	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Uberlândia
<b>CENTRO POP</b>	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
<b>CIAMP RUA</b>	Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua
<b>CNAS</b>	Conselho Nacional de Assistência Social
<b>CRAS</b>	Centro de Referência de Assistência Social
<b>CREAS</b>	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
<b>DF</b>	Distrito Federal
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>FACES</b>	Faculdade de Administração Ciências Contábeis Engenharia de Produção e Serviço Social
<b>LOAS</b>	Lei Orgânica da Assistência Social
<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolvimento Social
<b>NOB/SUAS</b>	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
<b>ONGS</b>	Organizações Não Governamentais
<b>PET</b>	Programa de Educação Tutorial
<b>PNAS</b>	Política Nacional de Assistência Social
<b>PSE</b>	Proteção Social Especial
<b>SNAS</b>	Secretaria Nacional de Assistência Social
<b>SUAS</b>	Sistema Único de Assistência Social
<b>TCC</b>	Trabalho de Conclusão de Curso
<b>UFU</b>	Universidade Federal de Uberlândia

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO 1: SURGIMENTO DO FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA</b> .....	16
1.1 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL.....	17
1.2 DETERMINAÇÕES E FATORES QUE ENVOLVEM ESTAR EM SITUAÇÃO DE RUA.....	25
1.3 INVISIBILIDADE E DIFICULDADES ENFRENTADAS PELA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA .....	29
1.4 ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA .....	35
1.5 MIGRAÇÃO: A BUSCA POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA.....	39
<b>CAPÍTULO 2: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: É MANIFESTO DA QUESTÃO SOCIAL?</b> .....	44
2.1 POBREZA, DESIGUALDADE E EXCLUSÃO.....	45
2.2 POLÍTICAS SOCIAIS VOLTADAS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	53
2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	61
2.4 ANÁLISE DE DADOS.....	65
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	74
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	78
<b>APÊNDICES</b> .....	83
<b>ANEXOS</b> .....	86

## **INTRODUÇÃO**

Com o capitalismo, a sociedade se tornou ainda mais dependente do consumo e o trabalho se tornou essencial para as pessoas se manterem. Mas nem todos tem acesso ao trabalho, dessa forma aumentam as desigualdades e parte da população lidam com o desemprego, não possuindo o mínimo de renda para se manter, alimentar e habitar, passando a sobreviver em condições precárias, muitos acabam utilizando as ruas e espaços públicos como locais de moradia e sobrevivência, assim insere-se o fenômeno população em situação de rua.

Enfrentam diariamente dificuldades e são vítimas do preconceito por estarem vivendo em condição vulnerável e precária, buscam estratégias para subsistência desenvolvendo atividades precárias para sua própria sobrevivência.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) traz como tema a problemática da população em situação de rua.

O interesse pelo tema e o motivo para fazer esta abordagem surgiu a partir do período de Estágio Supervisionado I, II, III e IV no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), localizado na cidade de Uberlândia-MG, nesta cidade os serviços públicos referentes a Assistência Social para essa população são prestados pelo Centro POP.

Durante o estágio houve a oportunidade de vivenciar diversas experiências com essa população por meio do acompanhamento nos atendimentos na Instituição realizados pela Assistente Social e nas ruas pela Abordagem Social de Rua, trabalho desenvolvido pela equipe multidisciplinar nos espaços públicos da cidade, que tem como finalidade realizar uma busca ativa para identificar as pessoas em situação de rua que possui seus direitos violados. O que trouxe maior proximidade acerca da realidade vivida pelas pessoas em situação de rua, o que instigou a pesquisar e aprofundar nesta temática.

Foi a partir da participação nos atendimentos que surgiu a inquietação sobre os desafios enfrentados pelas pessoas em situação de rua, e as causas que os levam a fazer da rua seu espaço de moradia e sobrevivência.

Sendo assim, o objetivo principal deste trabalho é conhecer os fatores que levaram os participantes estarem em situação de rua. E os objetivos específicos foram apontar as dificuldades que essa população encontra nas ruas e identificar a estratégia de sobrevivência e formas de subsistência desta população nas ruas.

O trabalho foi submetido à apreciação ética pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Uberlândia (CEP) pelo fato de envolver seres humanos e foi aprovado.

Para que os objetivos desse estudo fossem efetivados, foi utilizado a pesquisa exploratória, bibliográfica e de campo. Na pesquisa bibliográfica foram utilizados artigos, livros, revistas, pesquisas, meios eletrônicos dentre outros para fundamentar a discussão acerca da população em situação de rua. Realizou-se também a pesquisa de campo na Casa de Maria Nossa Senhora das Graças em Ituiutaba- MG com o objetivo de estudar a realidade da População em Situação de Rua.

O trabalho foi dividido em dois capítulos: o primeiro traz uma breve contextualização do surgimento do fenômeno, bem como caracterização da população em situação de rua, os fatores que os levaram estar em situação de rua, as dificuldades encontradas nas ruas, descreveu as estratégias de sobrevivência da população em situação de rua e por fim abordou sobre a migração das pessoas em situação de rua na busca por melhores condições de vida.

O segundo capítulo aborda a conceituação de pobreza, desigualdade e exclusão em que estão incluídos a população em situação de rua. E traz também as políticas sociais voltadas a esta população. Por fim, apresenta-se os procedimentos metodológicos e os resultados da pesquisa de campo, trazendo a análise qualitativa das entrevistas revelando as questões pertinentes sobre a vida das pessoas em situação de rua no município de Ituiutaba-MG.

Ao concluir as considerações finais, apresenta-se algumas reflexões sobre a População em Situação de Rua, contudo o tema não se esgota e espera-se que esta pesquisa possa contribuir para novos estudos.

## **CAPÍTULO 1: SURGIMENTO DO FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

## 1.1 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

Para compreender um estudo sobre determinado segmento populacional, é fundamental contextualizar o surgimento do fenômeno. O surgimento do fenômeno população em situação de rua não é recente, sendo um efeito da exclusão social e econômica.

É de extrema importância estudos e pesquisas sobre esta temática, pois é uma realidade atinge quase todas as cidades do país, visto que esta população vive em situação extremamente precária por não possuir renda suficiente para habitar-se, e para que se tenha moradia geralmente é necessário que esteja inserida no mercado de trabalho ou possuir algum tipo de renda.

Entretanto, o que de fato acontece é que muitas pessoas são atingidas pela desigualdade; dificuldade de inserção e falta de oportunidade no mundo do trabalho, visto que o mercado de trabalho está cada vez mais exigente em relação a escolaridade e qualificação profissional, por consequência não têm o mínimo de renda para sua própria subsistência, sendo assim acabam utilizando lugares públicos ou abandonados como moradia ou frequentando abrigos e albergues.

A partir do século XVIII, segundo Reis a população em situação de rua vivia no campo e migravam para as cidades em busca de emprego e ao não ser contratado de imediato utilizavam as ruas como espaço de moradia e como alternativa para sobreviverem desenvolviam estratégias para a geração de renda, mas a renda obtida era insuficiente para suprir as necessidades básicas, passando a utilizar as ruas como moradia, espaço de sobrevivência e subsistência. Segundo Reis (2012):

Compreende-se que o fenômeno população em situação de rua teve sua origem histórica marcada na sociedade a partir do momento em que a sociedade Europeia passou a vivenciar um processo de reformas com a revolução industrial no final do século XVIII, com a expulsão dos trabalhadores rurais e camponeses de suas terras, e absorção insuficiente desta população nas indústrias, deixando-os em situação de pobreza extrema. (REIS, 2012, p.15).

Nesse contexto, insere-se a população em situação de rua que ainda hoje sofre com o desemprego, e a falta de oportunidade no mercado. É fundamental conceituar o que é população em situação de rua, mas antes é preciso entender que

a mesma possui direitos garantidos por lei. De acordo com o Decreto Federal nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, está previsto no art. 1º, parágrafo único, que a população em situação de rua é definida como:

[...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, p.1).

Conforme Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2008, p. 4): “Em comum possuem a característica de estabelecer no espaço público da rua seu palco de relações privadas, o que as caracteriza como população em situação de rua.”

O processo de globalização também é um dos agravantes desse fenômeno e da questão social<sup>1</sup>. Segundo as Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP):

O agravamento da questão social contribuiu para que esse contingente fizesse das ruas seu espaço de moradia e/ou sobrevivência e houvesse um aumento da população em situação de rua nos grandes centros urbanos, incluindo-se aí crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias. Aquela parcela da população conhecida nas cidades por viver da caridade, da Igreja e do Estado, e que aos olhos destes tinham pouca ou nenhuma capacidade ou potencial de proceder a transformações efetivas em sua condição de vida, ganhou, portanto, novos contornos dados pela forma de ocupação do espaço e de sociabilidade no Brasil urbano e industrializado (BRASIL, 2011, p.14).

Segundo Iamamoto a expressão “questão social”: [...] “Diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado [...]”. (IAMAMOTO, 2004, p. 17 apud, SILVA, 2006 p. 88).

A população em situação de rua é excluída das estruturas convencionais da sociedade, como emprego, moradia e outras ausências, vivendo em pobreza

<sup>1</sup> Conforme COSTA (2009, p. 54) A 'questão social' está relacionada à pobreza, à miséria, à desigualdade [...] a questão social apresenta-se como um confronto de forças entre quem vive em condições precárias.

absoluta, possuindo menos que o necessário para atender as necessidades básicas de sobrevivência. “Desta forma, ao pensarmos a respeito do fenômeno população em situação de rua, cabe destacá-lo como uma das expressões da questão social que nossa sociedade enfrenta.” (REIS, 2012, p.26).

Este segmento populacional possui características gerais, porém têm suas particularidades, tais como: pessoas de ambos os sexos; gêneros; idades; solteiros (as); sozinhos; amigos; familiares, espalhados por regiões do país, entre outros.

Desta forma, conceituar e caracterizar este grupo populacional se torna um desafio, conforme destaca a Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua devido “[...] a diversidade de grupos e distintas localizações, a heterogeneidade desta população e das condições em que se encontra.” (BRASIL, 2008, p. 8).

De acordo com a Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua, foi utilizado no Primeiro Censo Nacional a seguinte definição para a população em situação de rua:

O conceito de população em situação de rua refere-se às pessoas que estão utilizando em um dado momento, como local de moradia ou pernoite, espaços de tipos variados, situados sob pontes, marquises, viadutos, à frente de prédios privados e públicos, em espaços públicos não utilizados à noite, em parques, praças, calçadas, praias, embarcações, estações de trem e rodoviárias, a margem de rodovias, em esconderijos abrigados, dentro de galerias subterrâneas, metrô e outras construções com áreas internas ocupáveis, depósitos e prédios fora de uso e outros locais relativamente protegidos do frio e da exposição à violência. São também considerados componentes da população em situação de rua aqueles que dormem em albergues e abrigos de forma preferencial ou ocasional, alterando o local de repouso noturno entre estas instituições e os locais de rua. (BRASIL, 2008, p.8).

Uma das características desta população como já citado é a heterogeneidade, sendo a que mais se destaca nos estudos. Portanto, pode-se afirmar que a população em situação de rua não possui um único perfil. Há diferentes origens sociais, perfis socioeconômicos diversificados e trajetórias de vida. Burzstyn (2003, p. 239) cita que há diferentes categorias, e localiza vários grupos. Em sua pesquisa feita em Brasília, o autor ressalta que:

A população de rua de Brasília pode ser tipificada segundo diferentes categorias. São grupos característicos, que podem ser encontradas em outras cidades, ainda que em proporções diferenciadas. Cada uma das categorias analisadas tem traços bem particulares, diferenciando-se pela

sua relação com o trabalho, estratégia de subsistência, vinculações sociais, expectativas e visão de mundo.

Cada um possui suas particularidades podendo ser semelhantes e que em algum momento da vida foram atingidos por alguma situação, adversidade e/ou problema que os levaram a estar em extrema situação de vulnerabilidade social e conseqüentemente tornando a rua seu espaço de sobrevivência e moradia, causando certa desmotivação fazendo com que perca aos poucos a perspectiva de projeto de vida.

Contudo, grande parte da sociedade rotula e os caracterizam como vagabundos, preguiçosos, pedintes, entre outros termos.

Considerando que a população em situação de rua é um grupo heterogêneo, SILVA (2006) reforça a heterogeneidade como característica deste segmento populacional, pois apesar das diferenças possuem três aspectos característicos em comum: “a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e inexistência de moradia convencional regular.” (SILVA, 2006, p. 22).

Este segmento populacional não se explica em um único determinante. Dentre as características deste segmento populacional Silva (2006, p. 105-122) identifica seis aspectos: múltiplas determinações; uma expressão radical da questão social na contemporaneidade; a localização nos grandes centros urbanos; preconceito contra os cidadãos e as cidadãs em situação de rua; as particularidades vinculadas ao território em que se manifesta, e a tendência a naturalização.

Segundo SILVA (2006), o primeiro aspecto característico se refere as múltiplas determinações, que são os diversos fatores que levam o indivíduo a estar em situação de rua sendo eles: fatores estruturais, biográficos e fatos da natureza ou desastre de massa.

O segundo aspecto característico se refere a distinção do fenômeno como uma expressão radical da questão social na contemporaneidade, visto que o fenômeno população em situação de rua é vítima das desigualdades sociais, são excluídos da sociedade, vivendo em extrema pobreza e miséria, tornando a rua e espaços públicos sua moradia. Segundo as Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP):

O agravamento da questão social contribuiu para que esse contingente fizesse das ruas seu espaço de moradia e/ou sobrevivência e houvesse um

aumento da população em situação de rua nos grandes centros urbanos, incluindo-se aí crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias. (BRASIL, 2011, p.14).

O terceiro aspecto característico se refere a localização deste segmento populacional nos grandes centros urbanos, pois nestes encontram vários facilitadores para a vida nas ruas, como: a geração de renda para subsistência, instituições voltadas para esta população nas proximidades, materiais recicláveis são descartados com maior frequência, etc.

O quarto aspecto característico se refere ao preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade às pessoas atingidas pelo fenômeno, infelizmente tratam com descaso e preconceito, discriminando-os nas redes públicas e na sociedade.

O quinto aspecto característico se refere às particularidades vinculadas ao território em que se manifesta.

São particularidades decorrentes dos hábitos, dos valores e das características socioeconômicas, culturais e geográficas predominante no território. Essas especificidades se refletem no perfil socioeconômico, no tempo de permanência nas ruas e nas estratégias de subsistências utilizadas. (SILVA, 2006, p. 94).

O sexto aspecto característico se refere à tendência a naturalização do fenômeno. Conforme Silva:

É uma tendência que se faz acompanhada da inexistência de políticas sociais universalizantes, capazes de reduzir a pobreza e as desigualdades sociais na perspectiva de alargar a cidadania, que assegure cobertura às pessoas que se encontram em situação de rua. (SILVA, 2006, p. 94).

Segundo Mendonça (2006) geralmente o morador de rua possui em comum algumas características:

- Encontra-se por diferentes motivos, excluído do mercado de trabalho por um longo período de tempo;
- Baixa escolaridade;
- Origina-se de famílias de classe baixa;
- Perdeu os laços com sua família de origem;
- Consome álcool e outras drogas;
- Sobrevive através da mendicância ou de pequenos bicos;
- Migra-se constantemente. (MENDONÇA, 2006, p. 15).

De acordo com o primeiro Encontro Nacional Sobre População em Situação de Rua<sup>2</sup>, realizado em 2005 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), a caracterização da população em situação é definida como:

A população em situação de rua é um grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta, vínculos interrompidos ou fragilizados e inexistência de moradia convencional regular, sendo compelidos a utilizarem a rua como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente. (BRASIL, 2006, p. 7).

Esta população não possui endereço fixo, buscam amparo em instituições que prestam serviços voltados a assistência, pois algumas fornecem alimentação, roupas, cobertores, higiene pessoal, entre outros serviços. Mas ainda há muitas cidades sofrem com a falta de estrutura e falta de investimento nas redes de proteções sociais, e serviços de acolhimento como abrigos, albergues para acolher estas pessoas.

As áreas de maior concentração e trânsito da população em situação de rua no município ou DF contam com o Centro de Referência Especializado em População em Situação de Rua- (Centro POP), previsto em lei Decreto nº7.053/2009 que prestam diversos serviços especializados voltados para esta população. É preciso uma avaliação para implantação do Centro POP, que irá diagnosticar a necessidade da unidade no território. “O diagnóstico socioterritorial permitirá identificar demandas e avaliar a relevância e a pertinência da implantação do Centro POP, além de apontar a melhor localização para sua implantação no território. ” (BRASIL, 2011, p. 45).

Em Ituiutaba-MG por não ter, o atendimento à pessoa em situação de rua é realizado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Segundo as Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP):

---

<sup>2</sup> O Encontro teve como objetivo geral discutir os desafios e estratégias para a construção das políticas públicas para a população em situação de rua, e contou com a participação de representantes de municípios - pertencentes aos governos municipais, entidades não-governamentais e representativas da população em situação de rua - especialistas no tema e representantes das Secretarias do MDS. (BRASIL, 2006, p. 7).

Nesses casos, o CREAS não será substitutivo do trabalho social desenvolvido no Centro POP, mas poderá ofertar acompanhamento especializado, na localidade, às pessoas em situação de rua, visando prevenir agravamentos das situações de risco pessoal e social e possibilitar a construção do processo de saída das ruas, por meio de intervenções em rede. (BRASIL, 2011, p. 41).

Pode-se afirmar que a localização em que há maior circulação de grande parte deste segmento populacional é nos grandes centros urbanos, pois neste local conseguem manter sua subsistência diária desenvolvendo atividades precárias. Silva (2006, p. 90) ressalta que:

Nos grandes centros urbanos, as áreas de concentração de atividades econômicas comerciais, bancárias ou atividades religiosas e de lazer (supermercados, lojas, bancos, igrejas, bares, praias, centros culturais, centros esportivos, etc.) atraem muita gente e são áreas preferidas pelas pessoas em situação de rua, pela facilidade de receber doações ou obter rendimentos por meio do desenvolvimento de atividades econômicas informais, como a venda de mercadorias de baixo valor comercial, guarda carro, serviços de engraxate [...].

Parcela desta população fazem uso de unidades de serviços disponíveis na rede de Assistência Social, alguns se instalam outros frequentam em abrigos temporários, ou até mesmo permanente, fazem o uso de pernoite em albergue, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias, que quase sempre são insuficientes diante da demanda existente.

Segundo Costa (2005, p. 7) quando não procuram a rede assistencial, as pessoas que vivem nas ruas viram-se como podem, dormem em rodoviárias, abrigam-se em baixo de viadutos, praças, em baixo de pontes.

É mais comum encontrá-los acompanhados por grupos, pois são alvos de violência, se encontram em uma situação complicada e não encontram saída fazendo da rua sua única forma de sobrevivência, colocando sua vida em risco. “Dormem geralmente em grupos, em razão dos riscos que enfrentam pela violência de que são alvos, mas também há as que se mantêm sozinhas.” (COSTA, 2005, p. 7).

Há também os que não fazem uso do álcool e drogas e procuram manter distância dos que possuem o vício e dependência química, procuram abrigos, albergues noturnos, ou locais menos circulados por estes indivíduos e assim se sentem protegidos e longe do perigo.

Conforme já dito, a população em situação de rua é bem heterogênea, se constitui em: homens, mulheres, diferentes idades, solteiras, casadas, vivendo sozinhas, com amigos, famílias inteiras ou grupos, vindos de diferentes regiões do país. Para sua sobrevivência, utilizam de estratégias como: a esmola, “mendicância”. Pedem dinheiro nas ruas e sinaleiros, como principal meio para a sobrevivência, entre outras estratégias.

Esta população é invisível perante a sociedade e ao Estado na garantia de seus direitos, são parte do processo de exclusão social que se refere a desigualdade no acesso à distribuição das riquezas sociais. De acordo com Costa (2005, p. 3) “a exclusão social, tem origens econômicas, mas caracteriza-se, também, pela falta de pertencimento social, falta de perspectivas, dificuldade de acesso à informação e perda de autoestima.”

Além disso, são vítimas da pobreza, exclusão e desigualdade. Exclusão social para Sposatti é considerado como:

[...] no Brasil a discriminação é econômica, cultural e política, além de étnica. Esse processo deve ser entendido como exclusão, isto é, uma impossibilidade de poder partilhar, o que leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão inclusive, com violência, de um conjunto significativo da população, por isso, uma exclusão social e não pessoal. Não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas, mas de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira. Esta situação de privação coletiva é que se está entendendo por exclusão social. Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública. (SPOSATTI, 1999 apud SAWAIA, p-20).

Os indivíduos que estão em situação de rua possuem em comum a pobreza extrema, vivem em situação de extrema vulnerabilidade social, e ainda têm seus direitos violados, são seres invisíveis perante a sociedade e sofrem preconceito por ser "morador de rua", os consideram como “mendigos” ou “pedintes” até mesmo como sujos, vagabundos, perigosos, sem-teto.

Essa condição de extrema vulnerabilidade em que esta população vive está relacionada a diversos acontecimentos causados no decorrer da vida e se tornou uma realidade vivenciada por inúmeras pessoas e que aumenta a cada dia, transformando a existência destas pessoas e contribuindo para o surgimento e agravamento desta expressão da questão social, que conforme (SILVA, 2006, p. 27)

[...] “o fenômeno população em situação de rua é uma expressão inconteste das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se desenvolveram a partir do eixo capital/trabalho. E, como tal, é expressão da questão social.”

## **1.2 DETERMINAÇÕES E FATORES QUE ENVOLVEM ESTAR EM SITUAÇÃO DE RUA**

As determinações que levam as pessoas a estar em situação de rua são variadas. Sendo os motivos que fazem com que estas pessoas utilizem as ruas como espaço de sobrevivência, moradia e sustento, vivendo em extrema pobreza. São em grande parte desencadeada pela desigualdade social.

Diversas razões e acontecimentos no decorrer da vida desta população os levam a ir para as ruas e influenciam na realidade em que vivem. Segundo Costa (2009, p. 86):

Diversos estudos apresentam fatores como ausência de moradia; ausência ou insuficiência de renda; falta de vagas no mercado de trabalho; morte de todos os componentes da família; roubo de todos os bens; ruptura de vínculos familiares e/ou comunitários; doenças mentais; consumo frequente de bebida alcoólica ou de drogas; desastres de massa como terremotos e inundações. (COSTA, 2009, p. 86).

Este grupo populacional possui diferentes perfis e motivos individuais que os levaram a fazer da rua seu espaço de moradia, tais como: o desemprego e insuficiência de renda, dependência de álcool ou drogas, rompimento de vínculos sociais e afetivos, entre outros.

Silva (2006, p. 16) aponta que “o fenômeno população em situação de rua é uma síntese de múltiplas determinações, cujas características, mesmo com variações históricas, o tornam um elemento de extraordinária relevância na composição da pobreza nas sociedades capitalistas.” Silva destaca que estas múltiplas determinações são consequências de fatores:

- Fatores estruturais (ausência de moradia, inexistência do trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social, etc.)
- Fatores biográficos, ligados a história de vida de cada indivíduo (rompimentos dos vínculos familiares, doenças mentais, consumo frequente de álcool e outras drogas, infortúnios pessoais – mortes de

todos os componentes da família, roubos de todos os bens, fuga do país de origem, etc.)

- Fatos da natureza ou desastres de massas- terremotos, inundações, etc.). (SILVA, 2006, p. 82).

Estes fatores podem estar ligados, relacionados ou terem sido desencadeados por consequência de outro fator, esses fatores que transformam significativamente a realidade dos indivíduos e caracterizam o fenômeno população em situação de rua no contexto atual. Dentre os fatores, Silva aponta que:

Os mais enfatizados pela literatura contemporânea são as rupturas dos vínculos familiares e comunitários, a inexistência de trabalho regular e a ausência ou insuficiência de renda, além do uso frequente de álcool e outras drogas e problemas atinentes às situações de desabrigo. (SILVA, 2006, p. 82).

Existem vários fatores que fazem parte da trajetória de vida desta população, tornando-os isolados e excluídos da sociedade dentre eles são: o rompimento dos vínculos familiares; inexistência de moradia; recaídas do vício álcool e drogas; a situação econômica; deslocamento em busca de trabalho; problemas psicológicos; abandono familiar; desemprego; traumas; baixa escolaridade; conflitos e desavenças familiares; acúmulo de perdas; mortes; separação; migração<sup>3</sup>.

Dizem as autoras que a perda de vínculos familiares, decorrente do desemprego, da violência, da perda de algum ente querido, perda de autoestima, alcoolismo, drogadição, doença mental, entre outros fatores, é o principal motivo que leva as pessoas a morarem nas ruas. São histórias de rupturas sucessivas e que, com muita frequência, estão associadas ao uso de álcool e drogas, não só pela pessoa que está na rua, mas pelos outros membros da família. (COSTA, 2005, p. 3).

Diante de todos estes fatores, nota-se que o indivíduo cria uma frustração diante de tantos problemas. Precisa se reestruturar, criar vínculos, tentar uma perspectiva nova de vida, mas o fracasso, desânimo e falta de expectativa os impedem de recomeçar, pois até mesmo as políticas públicas voltadas para esta população são escassas.

---

<sup>3</sup> Migração é o deslocamento de indivíduos dentro de um espaço geográfico, de forma temporária ou permanente. [...] a migração interna é um processo social, deve-se supor que ele tenha causas estruturais que impelem determinados grupos a se pôr em movimento. Estas causas são quase sempre de fundo econômico – deslocamento de atividades no espaço crescimento diferencial da atividade em lugares distintos e assim por diante. (SINGER, 1998, p.52 apud SCHMITZ, 2009, p. 16).

De acordo com a Pesquisa Nacional sobre a População de Rua (BRASIL, 2009), os fatores mais citados foram:

Nas rodas de conversa em albergues, ruas ou grupos alternativos, descobrimos que os motivos da ida para as ruas variam de pessoa para pessoa, porém, os mais citados são: o desemprego, as desavenças com pais e irmãos, o fim do casamento, o desejo de se aventurar para conhecer novas cidades e novas oportunidades e a busca por trabalho. (BRASIL, 2009, p. 174).

Dentre os fatores que levam o indivíduo a situação de rua como já citado, um dos principais que mais ocasionam esta situação é a perda/rompimento e/ou fragilização de vínculo familiar, devido à perda afetiva dos vínculo familiar é um fator que ocasiona várias consequências. “Com o tempo, algum infortúnio atingiu suas vidas, seja a perda do emprego, seja o rompimento de algum laço afetivo, fazendo com que aos poucos fossem perdendo a perspectiva de vida.” (COSTA, 2005, p.3).

Pois ao perder o contato com familiares, perdem também a referência de lar, o que conseqüentemente causa a perda da autoestima e dificuldade de uma reinserção. Há fatores que levam o indivíduo a romper vínculos familiares, dentre eles a autora Silva (2006) ressalta que:

Existem outros fatores estruturais ou ligados às histórias de vida dos indivíduos, que conduzem a fragilização e ao rompimento dos vínculos familiares, como as desavenças afetivas, os preconceitos relacionados à orientação sexual, a intolerância às situações de uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas. (SILVA, 2006, p. 101).

Dentre os motivos que levam as pessoas as pessoas a viverem em situação de rua, o desemprego é uma realidade que atinge a maior parte da população do Brasil atualmente. Segundo Costa (2009, p.175), o desemprego é um dos fatores do processo que ocasionam a população a fazer da rua sua moradia.

Os trabalhadores quando desempregados, começam a perder o controle sobre suas dívidas, alguns perdem tudo. Sendo assim, ao não possuir trabalho e renda para suprir as necessidades básicas, sem condições de arcar com as despesas de casa, etc conseqüentemente as pessoas passam a viver em situação de pobreza extrema, e para sobreviver criam estratégias para sobreviver. É uma realidade que tem levado muitos trabalhadores a viver nos espaços das ruas.

A falta de oportunidade de emprego e as exigências cada vez mais rigorosas do mercado de trabalho geram muitas consequências e mesmo com o auxílio das políticas sociais e programas do governo como o Bolsa Família, não estão sendo suficientes para evitar o aumento da pobreza.

De acordo com Silva, o fator econômico é um desencadeador que ocasiona esta situação. “O fator econômico expresso, principalmente pela ausência de trabalho e renda regulares; é preponderante.” (SILVA, 2006, p. 102).

Há os que “moram” nas ruas, mas que trabalham precariamente devido à baixa escolaridade desenvolvendo estratégias para seu sustento, e quando há vagas disponíveis utilizam albergues e abrigos para suas necessidades básicas e higiene, moradia temporária, alimentação.

Outro fator é o deslocamento para outras cidades em busca de emprego e melhores condições de vida. Muitos migram e se deslocam de suas cidades e a expectativa não é bem-sucedida, e acabam fazendo da rua espaço de sobrevivência, buscando se manter desenvolvendo estratégias e atividades precárias por conta própria. “Também é possível encontrar na rua pessoas que há pouco chegaram nas grandes cidades e ainda não conseguiram emprego ou um local de moradia.” (COSTA, 2005, p. 3).

O vício do álcool e drogas é outro fator que envolve grande parte da população em situação de rua, que ocasionam o abandono da família e a perda do vínculo familiar. “O álcool e as drogas fazem parte da realidade das ruas, seja como alternativa para minimizar a fome e o frio, seja como elemento de socialização entre os membros dos grupos de rua.” (COSTA, 2005, p. 9).

Segundo Mendonça (2006), também utilizam bebidas alcoólicas como anestésico. Ou seja, para amenizar os problemas, enfrentamentos diários, tentam superar traumas do passado e etc.

Sua visão de si mesmo e dos moradores de rua em geral não lhe permitiam acreditar na possibilidade de transformação de sua condição social. Esta falta de expectativa causava no sujeito tamanho sofrimento que fazia com que ele se dedicasse apenas a bebida como anestésico. (MENDONÇA, 2006, p. 89).

Também vale ressaltar conforme afirma Bourdieu que há pessoas que estão em situação de rua por escolha, vontade própria. “Há de se considerar, todavia, que

o fato de morar na rua pode ser uma escolha do sujeito, um “estilo de vida”. (BOURDIEU, 2003 apud BALIEIRO; SOARES; VIEIRA, 2017, p. 335).

Ao mesmo tempo em que há pessoas com extrema vontade de sair da situação de rua, reatar laços afetivos e ter uma vida digna, também há os que por livre escolha optam por permanecer nas ruas, por ter mais liberdade e etc. Já possuem uma opinião formada em relação ao seu estilo de vida, e conseqüentemente estão sujeitos a passar por dificuldades e riscos. Conforme Balieiro, Soares e Vieira (2017, p. 343): “Inclusive, todos os profissionais entrevistados pontuaram que um grande entrave enfrentado consiste no próprio querer/escolha do usuário, uma vez que o espaço da rua, mesmo sendo perigoso, oferece também muitos atrativos”.

### **1.3 INVISIBILIDADE E DIFICULDADES ENFRENTADAS PELA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Debaixo dos viadutos, nas praças, nas esquinas, casas abandonadas ou em uma calçada fria... Trata-se de uma população extremamente vulnerável: a população em situação de rua. Invisíveis, são tratados com indiferença, enfrentam medos e diversas dificuldades, sem perspectiva de vida. Dormem debaixo de cobertas, ou se escondem em locais para escapar do frio e da violência. São pessoas como qualquer outra, portadoras de direitos. Em algum momento da vida, suas trajetórias foram afetadas por algum infortúnio que os levaram a tal situação. Situação que ninguém desejaria estar. Também já tiveram moradia, casa mesmo que alugada, tiveram sua cama quentinha, alimentação e talvez jamais imaginariam passar por isso algum dia. Mas lá estão eles, vivendo nas ruas... ou “sobrevivendo”. E que hoje tem sua existência marcada pela miséria e pobreza nessa vida nas ruas.

Permanecer nas ruas se torna extremamente difícil, estas pessoas não conseguem ser reinseridas na sociedade parece ser um sonho distante para este grupo populacional, que sobrevive diante de diversas adversidades e problemas. A rua e a desmotivação andam lado a lado. Impossibilitando chances, sonhos e expectativas de terem um futuro melhor e uma nova perspectiva de vida devido á inúmeras dificuldades enfrentadas cotidianamente.

Sobrevivem, mas valendo-se apenas de um acesso precário a mecanismos públicos, como a assistência social e os serviços de saúde e, de forma assistemática, também, a caridade privada, a filantropia ou as entidades assistenciais religiosas. (BURSZTYN et al., 2003, p. 20).

Sair das ruas se torna cada vez mais complicado para esta população completamente invisível para o Estado, pois as políticas públicas voltadas a essa população são extremamente precárias bem como a precariedade encontrada nas ruas. Reconstruir a vida e ter um futuro, reinserir no mercado de trabalho, reatar vínculos afetivos, entre outros se torna mais complicado para quem vivencia esta realidade. Sair das ruas não significa a reconstrução da vida, Marcolino (2012) ressalta que:

O entendimento de "saída de rua" não é, porém aprofundado podendo significar desde a mera mudança de lugar, a partir de um trabalho que garanta uma vaga num quarto de pensão, ou o retorno para família, sem avaliação das condições efetivas do convívio com este familiar, como a capacidade de ter e levar adiante um projeto pessoal de vida. Nem sempre a saída de rua tem o significado de reconstrução da vida para um novo projeto pessoal e social. (MARCOLINO, 2012, p.12).

A inserção no mundo do trabalho se torna um desafio quando o mercado exige um nível de escolaridade e qualificação profissional, dificuldade principalmente para os jovens, que com a exclusão pode se envolver na criminalidade. Nesse sentido, Bursztyn et al. (2003, p.132) destaca que:

O crescimento do número de jovens envolvidos com drogas e com infrações diversas está relacionado à falta de perspectiva social, às dificuldades de inserção no mundo do trabalho, à ausência de alternativas de lazer e aos processos de desintegração familiar, refletindo a ausência de um projeto de vida. (BURSZTYN et al., 2003, p. 132).

Conforme Bursztyn et al. (2003) em seu capítulo "Vivendo de teimosos" há uma distinção entre viver e sobreviver diante a realidade, permanecer vivos é um esforço diário diante as inúmeras dificuldades encontradas nas ruas, pois a ausência da proteção social e as condições de vida precárias torna a sobrevivência quase impossível.

Segundo Costa (2005) para suprir algumas necessidades, procuram serviços disponibilizados pela Assistência Social que na maioria das vezes são

escassos, nas grandes cidades pode ser que consiga suprir essas necessidades, mas na maioria das vezes por ser um grande número de pessoas nas ruas os serviços são insuficientes.

Muitas vezes não atende às necessidades, seja pela insuficiência, quando são restritas as vagas e as metas de atendimento disponíveis, seja pela baixa qualidade dos serviços prestados. Ao falar-se de qualidade, deve-se levar em conta que faz parte do histórico da política assistencial no país a disponibilização de “serviços pobres, já que são destinados a pessoas pobres. (COSTA, 2005, p. 12).

As constantes mudanças climáticas também repercutem na vida das pessoas em situação de rua, sendo o inverno uma das estações mais sofridas e prejudiciais para a saúde e vida destas pessoas.

Os dias de frio e madrugadas chuvosas se tornam um verdadeiro castigo para os que vivenciam de perto. Surge então a necessidade por agasalho e locais menos expostos como a rua. No período do inverno, na tentativa de vencer o frio, grande parte procura por casas de passagem noturnas a fim de se abrigar contra o frio.

Soma-se a estas condições outras dificuldades como o preconceito, a humilhação e julgamentos diante a sociedade em geral, que faz com que se tornem cada vez mais excluídos. Fraga (2011) reforça que:

Tais dificuldades extrapolam mesmo os graves aspectos da humilhação e desrespeito e chegam à instância da inacessibilidade aos direitos sociais, tecendo uma trama de exclusão social. O preconceito torna-se uma espécie de barreira que faz com que o indivíduo sinta-se intimidado a exercer seu direito de ir e vir, de efetuar transações bancárias, de consumir e até mesmo de procurar os serviços de saúde. (FRAGA, 2011, p. 33).

Ademais, por vezes considera que grande parte da sociedade considera que esta população quer permanecer assim, por vontade e/ou escolha própria. Reis (2012) ressalta que:

Grande parte da população não integrante do fenômeno população em situação de rua é a favor da remoção ou extermínio deste segmento populacional, pois acreditam que estes não passam de ladrões, mendigos e que se encontram nessas condições de vulnerabilidade por opção própria, que há oportunidades de desenvolverem atividades que possam mudar suas condições de vida mas que esses não querem aproveitá-las, creem

que a inserção no fenômeno é fruto de escolhas individuais. (REIS, 2012, p. 25).

É uma problemática social a ser enfrentada, para tanto se faz necessária. Simplesmente foram afetados por algum fator em sua trajetória que ocasionou esta situação e que hoje são vítimas da questão social. Além de rotula-los e estigmatiza-los como ameaça, perigosos, que roubam e etc.

O preconceito é uma dificuldade a ser enfrentada por eles no decorrer do dia, por se localizarem em locais públicos, centros urbanos e nas proximidades rodeadas de pessoas. Em uma proposta feita pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) nos cadernos Assistente Social no combate ao preconceito, trazem a seguinte reflexão sobre preconceito:

O preconceito está presente em diversas práticas de discriminação contra formas de vida e modos de comportamento que não são aceitos em suas diferenças e particularidades. Mas os diferentes preconceitos – contra mulheres, negros/as, homossexuais, imigrantes, idosos/as, pessoas com deficiência, entre outros/as – comungam de uma mesma atitude, de um mesmo comportamento e forma de pensar. (CFESS, 2016, p.7).

Enxergam com um olhar negativo sem ao menos procurar entender esta realidade e ter mais empatia com o próximo. Passam por eles fingem não os ver, tem medo de aproximar, os tratam como invisíveis. O preconceito impede este grupo de acessar seus direitos, o pré-julgamento contra esta população os intimidam, sendo esta uma realidade próxima que pode acontecer com qualquer indivíduo.

Frequentemente as pessoas em situação de rua têm impedimentos ao acessar seus direitos, os equipamentos sociais não propiciam o acesso ao criar critérios para inclusão, que necessitam entre outras coisas de documentos pessoais que grande parte não possui. FRAGA (2011) aponta que:

As principais dificuldades apresentadas se referem ao acesso a estabelecimentos públicos e privados, bem como ao acesso a retirada de documentos. Tais dificuldades extrapolam mesmo os graves aspectos da humilhação e desrespeito e chegam à instância da inacessibilidade aos direitos sociais, tecendo uma trama de exclusão social. (FRAGA, 2011, p. 33).

Dentre as dificuldades citada pelo autor acima Costa (2005) também reforça que há preconceito contra esta população até mesmo nos serviços de saúde, sofrem discriminação por simplesmente estar sem tomar banho. Segundo a autora:

Por outro lado, além das dificuldades reais, inerentes à situação de rua, observa-se que os serviços de saúde não estão preparados para o acolhimento dessa população, nem mesmo quando são procurados espontaneamente, ou quando os usuários são encaminhados por outros serviços da rede. Ainda fazem parte da realidade da estrutura do atendimento o preconceito e a discriminação com essa população. (COSTA, 2005, p. 9).

Outra dificuldade inerente à sobrevivência nas ruas é a violência. É crescente o número de vítimas dos mais diversos tipos de violência. Estar nas ruas é estar exposto à violência, afinal viver nas ruas é muito arriscado. Risco que se transforma em medo cotidiano de ter os poucos pertences roubados. Lidam com ameaças constantes, agressões diversas e até entre eles mesmos. Além disso, grande parte são usuários de droga e assaltam para sustentar o vício, brigam por espaço, além dos homicídios e repressão policial.

Viver nas ruas quase sempre significa estar em risco. Risco que se transforma em medo cotidiano de ter os pertences roubados, de ser agredido por alguém entre os iguais da rua em alguma briga por espaço ou em uma desavença, de ser vítima de violência sexual, de ser alvo de agressões inesperadas vindas de setores preconceituosos da sociedade para com esse público, ou mesmo dos órgãos oficiais responsáveis pela segurança. (COSTA, 2005, p.10).

Desta forma, muitas vezes buscam locais menos perigosos, principalmente ao anoitecer e nas madrugadas, procuram estar em lugares em que se sintam protegidos, pois as ruas oferecem muitos riscos. Ter uma noite de sono tranquila para eles é um desafio, tiram cochilo por medo da violência e falta de segurança. “A violência encontrada nas ruas é assustadora, e em razão do medo da violência e da própria condição vulnerável em que se encontram, costumam passar a noite em rodoviárias, albergues, ou locais públicos de movimento.” (COSTA, 2005, p. 4.).

Ademais, por utilizarem a rua como espaço de sobrevivência, estão conscientes que terão que lidar com a violência. São vítimas de violência, e são rotulados como violentos e perigosos, e não têm nenhum respaldo em relação a sua segurança.

De outra parte, geralmente as políticas de segurança pública dirigidas a esse público não são voltadas para a sua proteção, mas sim para a criminalização de seus comportamentos e para a “tolerância zero” em relação aos seus atos de transgressão. (COSTA, 2005, p. 11).

De acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua, (2009), frequentemente são reprimidos pela Polícia Militar, que ao invés de passar segurança acabam intimidando com sua repressão espalhando medo e insegurança entre os que moram nas ruas.

A polícia militar e os demais agentes de segurança pública têm feito intervenções nos espaços públicos por nós ocupados de forma arbitrária e intimidatória, agindo sempre como ameaças e nos expulsando do único espaço que restou, ou seja, a rua. (BRASIL, 2009, p. 185).

Outra dificuldade encontrada por estas pessoas é a ausência de direitos; acesso de informação; além de não possuírem um endereço fixo o que dificulta muito a vida desta população mesmo tendo seus direitos garantidos em lei, são seres humanos e portadores de direito, o Estado deveria dar maior visibilidade a esses indivíduos. Segundo SILVA (2006):

É evidente que a frágil organização desse grupo populacional, profundamente heterogêneo, com histórias de vida e trajetórias profissionais diferenciadas, com interesses imediatos, aparentemente diversos e, com limitada consciência da condição social de classe trabalhadora que os caracteriza e poderia unificá-los em torno de interesses imediatos por proteção social, vinculados a um projeto social mais amplo, ressoa na incapacidade do Estado de garantir acesso desse grupo populacional aos serviços oferecidos pelas políticas sociais. (SILVA, 2006, p. 138).

Essas Instituições que prestam serviços assistenciais para esta população precisam reconhecer os usuários como sujeitos de direito contribuindo para o acesso para sua inclusão em uma rede de proteção social. Costa (2005) ressalta que:

De outra parte, a rede de serviços assistenciais deve ser compreendida enquanto espaço de travessia para o acesso às demais políticas públicas. Nessa perspectiva, além de ser ampliada em oferta, precisa também se adequar, aproximando-se cada vez mais da realidade de vida dessa população desabrigada. (COSTA, 2005, p. 8).

Outra dificuldade em relação ao Abrigo Temporário, é que muitos não conseguem passar uma noite em um albergue que ofereça serviços que atendam às necessidades básicas e fisiológicas como alimentação; higiene, devido ao número de vagas que muitas das vezes são insuficientes. “Os abrigos e albergues disponíveis na rede de Assistência Social, se mostram insuficientes frente à demanda existente.” (COSTA, 2005, p. 7).

Devido as rígidas regras exigidas por essas unidades parte desta população frequenta raramente esses abrigos, buscando apenas suprir suas necessidades básicas como: alimentação, higiene, que são fornecidas por algumas instituições e voltando novamente as ruas. Costa (2005) ressalta:

Os serviços de abrigagem, algumas vezes, deixam de ser frequentados por parcela dessas pessoas, diante das regras neles estabelecidas em função da necessidade de organização e convivência. Sob esse ponto de vista, são muito heterogêneas as experiências existentes no país, que vão desde locais onde as regras são construídas com a participação dos usuários e dizem respeito a questões básicas, como não fazer uso de álcool e drogas no local, não portar arma e tomar banho; até experiências de instituições bastante rígidas e seletivas, que têm como objetivo implícito a mudança de comportamentos. (COSTA, 2005, p.7).

Conforme Costa (2005), essas regras e exigências são referentes as normas da rede, por exemplo, o uso de álcool e drogas dentro da Instituição o que não costuma ser permitido e também o cumprimento de horário no local, não sendo permitido sair após o horário estabelecido, o que dificulta a permanência a aqueles que possuem vícios, o que conseqüentemente os levam a volta para as ruas.

#### **1.4 ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA**

Em algum momento no decorrer de sua trajetória, pessoas durante sua trajetória, tiveram algum acontecimento ou adversidade que resultou em “morar na rua”. Na contemporaneidade, a nomenclatura utilizada é a população em situação de rua.

Vivenciar a realidade de estar/morar nas ruas é de fato um desafio que conseqüentemente vem seguido de diversas dificuldades que enfrentam todos os dias. “Para suprir as necessidades básicas, as pessoas que vivem nas ruas se

utilizam de estratégias variadas, contam com a rede de serviços assistenciais e com a solidariedade da população. ” (COSTA, 2005, p.11).

Para suprir as necessidades básicas alguns utilizam os serviços das redes de Assistência Social, saúde entre outros. Contam também com a solidariedade da população que os rodeiam nas proximidades em que vivem, os quais raramente oferecem ajuda, mas se mobilizam e oferece alimentação, água, cobertores. Somam-se a isto, instituições públicas e do Terceiro Setor (Organizações Não-Governamentais-ONGs) que prestam serviços voluntários voltadas a esta população fornecendo alimentação, locais para higiene corporal, para lavar suas roupas entre outros serviços. Há também grupos que se disponibilizam a ir até as ruas levando comida, agasalhos, roupas, etc.

Para este segmento populacional sobreviver se torna uma luta diária, sendo preciso desenvolver formas de subsistência para se manter em meio as ruas. Sendo assim, é preciso desenvolver estratégias mesmo que precárias para obter uma geração de renda.

Ainda assim, vê-se que as pessoas sobrevivem, com certeza, a partir de estratégias que passam ao largo da perspectiva ofertada pelas políticas públicas. Certamente, a necessidade de viver nas ruas faz com que sejam criadas alternativas de sobrevivência e de transformação da realidade que se apresenta a cada dia. (COSTA, 2005, p. 9).

Para sobreviver nas ruas em meio a tantas dificuldades, este grupo populacional necessita criar fontes de renda para sua própria subsistência, portanto, utilizam os espaços públicos para desenvolverem estratégias que geram renda, sobrevivendo por meio de atividades informais, o que se torna um auxílio para se manter na rua como alimentação, abrigo. Reis (2002) destaca que:

A utilização dos espaços da rua como um local para estabelecer o exercício de atividades remuneradas, sejam elas formais ou informais, é uma estratégia de sobrevivência utilizada por grande parte da população em situação de rua de diversas faixas etárias. (REIS, 2002, p.44).

Considerando que parcela desta população vivem em uma realidade de extrema condições de pobreza, desigualdade, exclusão social e são invisíveis perante a sociedade e o Estado e sofrem todas as formas de violação de seus direitos humanos, utilizam estratégias para sobreviverem em meio a tanta

desigualdade, grande parte contam com a rede de serviços de Assistência Social. Segundo Costa (2005, p.11):

Consideram-se como necessidades básicas a alimentação, a higiene e as necessidades fisiológicas, o vestuário e o abrigo. Nessa perspectiva, na maior parte das grandes cidades brasileiras, a rede de serviços de Assistência Social costuma ofertar alternativas capazes de garantir o atendimento a tais necessidades. (COSTA, 2005, p. 11).

Criam estratégias para o sustento, mas quando falham buscam outros meios, um deles é a mudança para outra cidade em busca de uma melhoria de vida, melhor condição de trabalho. Fraga (2011) destaca que:

Quando algumas estratégias falham, os indivíduos tendem a elaborar outras formas de prover seu sustento pessoal e ou familiar. Uma delas, por exemplo, é a mudança para outras cidades ou regiões em busca de melhores condições de trabalho, entretanto, esta é uma estratégia que também pode falhar e conduzir o indivíduo a situação de rua. (FRAGA, 2011, p. 26).

Segundo as Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), na Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009), publicada em 2009, realizada sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, constatado que a minoria desta população utilizava a estratégia de pedir esmola nos espaços públicos, e sobreviviam apenas com essa esmola. Essa pesquisa ressalta que:

É importante ressaltar que os dados revelaram que, ao contrário das representações sociais a respeito da população em situação de rua, apenas uma minoria (15%) pedia dinheiro nos espaços públicos como sua principal fonte de sobrevivência. Assim, não se trata de uma população de “mendigos” ou “pedintes”, mas de trabalhadores que têm alguma profissão (58,6%), embora situados na chamada economia informal. (BRASIL, 2011, p. 26).

Um dos meios de sobrevivência que grande parte desta população utiliza é a reciclagem do descarte dos lixos da sociedade consumidora, que se torna um meio de subsistência e renda. Assim, sobrevivem na informalidade realizando serviços como: catadores de resíduos, papéis, latas de alumínio; os pedintes de esmola; vigias de carro; descarregadores de carga entre outros, mas seus ganhos não são suficientes para seu sustento. Costa (2005) destaca que:

As pessoas que estão na rua – são aquelas que já não consideram a rua tão ameaçadora e, em razão disso, passam a estabelecer relações com as pessoas que vivem na ou da rua, assumindo como estratégia de sobrevivência a realização de pequenas tarefas com algum rendimento. É o caso dos guardadores de carro, descarregadores de carga, catadores de papéis ou latinhas. (COSTA, 2005, p.4 apud VIEIRA, BEZERRA E ROSA, 1994, p. 93-95).

Através da coleta do lixo e reciclagem que estas pessoas sobrevivem nas ruas, pois se torna um meio de ganho e sustento, apesar de ser um serviço precário, mas que gera certo rendimento. “Tem importante papel como empregador de moradores de rua (a quase totalidade dos que permanecem na cidade sobrevive, pelo menos em parte, graças à cata de materiais recicláveis no lixo).” (BURSZTYN et al., 2003, p. 234).

Por viverem em situação de extrema vulnerabilidade social, esta população busca estratégias pois necessitam de renda para sobreviverem, então realizam atividades em condições precárias para obter um rendimento financeiro para manter o necessário para sua sobrevivência nas ruas. Reis (2012) enfatiza que:

Não obtendo trabalho e não obtendo renda suficiente que atenda às suas necessidades básicas as pessoas passam a viver, por consequência disso, em situação de pobreza extrema, e para sobreviver começam a criar estratégias que venham garantir a sua sobrevivência na sociedade. (REIS, 2012, p.42).

Percebe-se que a pessoa em situação de rua, em grande parte desconhece seus direitos oferecidos na Política Nacional de Assistência Social, pois há Instituições que realizam encaminhamentos para albergues, casas de reabilitação para dependentes químicos, segunda via de documentação pessoal, serviços de saúde entre outros. Alguns locais que oferecem acolhimento, também realizam encaminhamentos. Segundo Costa (2005):

Na maioria dos casos, nesses locais há oferta de leito, roupa de cama, cobertores, roupa para trocar, material de higiene e alimentação; além do trabalho técnico dos profissionais que atuam realizando encaminhamentos, fazendo atendimentos, garantindo condição de convivência. (COSTA, 2005, p. 7).

Por fim, destaca-se que a população em situação de rua cria grupos, segundo Bursztyn et al. (2003, p. 147) compartilham estratégias de sobrevivência fisiológica e seus rendimentos como alimentos, informações de locais que prestam assistência social como segunda via de documentos, locais de repouso que prestam serviços de acolhida: albergues e abrigos, entre outras estratégias que fazem parte da rotina diária das pessoas em situação de rua.

## **1.5 MIGRAÇÃO: A BUSCA POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA**

Dentre as diferentes caracterizações deste segmento populacional há os migrantes. Migram do interior para as grandes cidades em busca de oportunidades, criam expectativas e saem de suas cidades em busca de emprego. Logo, ao chegar nas grandes cidades e se deparar com a falta de oportunidade, procuram assistência e acolhida nas redes de Assistência Social voltadas a pessoa em situação de rua, contudo as ruas tornam-se espaço de sobrevivência e moradia, realidade não menos distante e que agrava a cada dia. O movimento de migração não é recente, mas que fazem parte do cotidiano de muitos que estão em situação de rua até nos dias de hoje. Segundo Silva (2006):

O período entre 1940 e 1970 distingue-se por mudanças relevantes na própria dinâmica e configuração da sociedade brasileira. Uma marca dessas mudanças foi a distribuição espacial da população. Nesse período ocorreu um intenso movimento migratório campo-cidade, contribuindo para que a população rural tivesse expressiva participação na composição do exército de reserva que se formou nas cidades. (SILVA, 2006, p. 154).

Com a expulsão dos camponeses de suas terras, se deslocam para as cidades em busca de emprego e melhores condições de vida, e ao não conseguirem acabam nas ruas. Fraga (2011) ressalta que:

Neste contexto, ocorreu a desapropriação e expulsão dos camponeses de suas terras, fazendo com que estes migrassem para as cidades em busca de melhores condições de vida. Entretanto, uma grande parcela desta população não foi absorvida pelas indústrias fazendo surgir o chamado exército industrial de reserva. O excedente de trabalhadores desempregados possibilitou que o capitalismo se desenvolvesse através da

exploração da mão de obra destes que destituídos da possibilidade de subsistência passam a compor uma população que sem ter opções de trabalho e renda passa a fazer das ruas seu local de moradia e sobrevivência. (FRAGA, 2011. p. 63).

Na realidade estas pessoas por necessidade, migram de uma cidade para outra em busca de melhoria de vida e até mesmo para conseguir sobreviver, permanecem apenas o tempo necessário no local e percorrem novamente pelas estradas em busca de uma condição melhor de vida. A sociedade generaliza este grupo populacional, rotulam os migrantes como trecheiros<sup>4</sup>, perambulantes<sup>5</sup>, andarilhos<sup>6</sup>. De acordo com Costa (2005 p. 3-4):

Também é possível encontrar na rua pessoas que há pouco chegaram nas grandes cidades e ainda não conseguiram emprego ou um local de moradia. Além daqueles que possuem um trabalho ou subemprego, mas que seu ganho não é suficiente para o sustento, então acabam vivendo nas ruas. Outras pessoas sobrevivem nas ruas, como os catadores de resíduos ou de outros trabalhos eventuais, e acabam dormindo em albergues e abrigos, ou em algum espaço na rua, diante da dificuldade de retorno para casa nas periferias distantes. Há, ainda, os “andarilhos”, que se deslocam pelos bairros ou de cidade em cidade, geralmente sozinhos, não se vinculando a nada. Referem simplesmente que estão “no trecho”. (COSTA, 2005, p. 3-4).

Os migrantes não possuem endereço fixo, permanecem em cidades temporariamente, e se deslocam por todo país de uma região para outra, de carona ou por passagem cedida pela Assistência Social, buscando melhores condições de trabalho, quando não encontram retornam de volta para sua cidade/região.

Muitos possuem uma longa trajetória de vida no trecho, estradas e rua. Circulam por muitos anos migrando de uma cidade para outra. Se instalam em casas alugadas cômodos cedidos, invasões ou em outros locais como espaços públicos, com seus poucos pertences circulam pelas ruas e estradas. Conforme a Política Nacional para a Inclusão Social da população em situação de rua (2008):

---

<sup>4</sup> Trecheiros: [...] termo que indicava aqueles que andavam pelo país, que percorriam o “trecho” ou estradas, tendo se desligado dos elos que normalmente levam os sujeitos à fixação: família, emprego, comunidade, moradia. BROGNOLI (1996).

<sup>5</sup> Perambulantes: [...] termo que se refere aos migrantes que vivem nas estradas, se deslocando de uma cidade para outra sem qualquer perspectiva de ingresso. (BURSZTYN et al., 2003, p.234).

<sup>6</sup> Andarilhos: Nesta categoria estão incluídos aqueles que passam pela cidade sem estabelecer qualquer vínculo de permanência. (BURSZTYN et al., 2003, p.243).

São diversos os grupos de pessoas que estão nas ruas: imigrantes, desempregados, egressos dos sistemas penitenciário e psiquiátrico, entre outros, que constituem uma enorme gama de pessoas vivendo o cotidiano das ruas. Ressalte-se ainda a presença dos chamados “trecheiros”: pessoas que transitam de uma cidade a outra (na maioria das vezes, caminhando a pé pelas estradas, pedindo carona ou se deslocando com passes de viagem concedidos por entidades assistenciais). (BRASIL, 2008, p. 8).

Segundo Costa (2009), há um processo social que gera a situação de rua, e destaca que está relacionado por alguns fatores:

Sabe-se também que esse processo é multifacetado e relaciona-se e relaciona-se a desemprego, necessidades materiais, problemas relativos à vida familiar; problemas com drogas e/ou álcool (que pode inicia-se nas ruas como forma de fuga ou sociabilidade, ou pode levar alguém para as ruas); problemas de resultados negativos de uma migração esperançosa; problemas de desestruturação do mercado de trabalho. (COSTA, 2009, p.175).

Como ressalta Costa (2009), um fator determinante citado são os problemas familiares, o que também pode ser o rompimento dos laços afetivos. Bursztyn et al. (2003) coletou dados para seu livro que cita que há também crianças nas ruas “ sem nenhum vínculo ou referência familiar.”

Bursztyn et al. (2003) em uma pesquisa adquiriu dados que revelam que as crianças em situação de rua na capital de Brasília podem ser filhos de migrantes ou não. Mas que boa parte das crianças e adolescentes em situação de rua é composta de filhos de migrantes.

Outro fator que propicia a migração é o desemprego, pois este fator leva famílias a se deslocarem de sua cidade de origem em busca de oportunidade de emprego e nessa tentativa se deparam com a falta de oportunidades não conseguirem acabam em situação de rua, e não retornam para não lidar com o fracasso perante os familiares. Costa (2009) refere essas tentativas como “resultados negativos de uma migração esperançosa. ”

Também há uma parte da população que migram do campo para a cidade, ou até mesmo de cidades do interior para os grandes centros urbanos, na esperança de encontrar mais chances, por acreditar que terão melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Conforme Fraga (2011):

A grande migração dos trabalhadores do campo para os centros urbanos onde se estabeleciam as indústrias gera uma rápida e despreparada urbanização. Homens, mulheres e crianças passam a estabelecer moradia nas proximidades das indústrias e o crescimento populacional desenfreado, aliado a falta de oportunidade de inserção trabalhista a todos, faz com que muitos passem a fazer das ruas seu local de moradia. Isto sob péssimas condições de saúde, higiene e alimentação [...]. (FRAGA, 2011, p. 40).

Os migrantes deslocam-se para as grandes cidades, mais desenvolvidas, pois essas localidades possuem muitos comércios e indústrias, e provavelmente gera-se emprego e então há maior circulação de migrantes, mas nem sempre conseguem emprego. Conseguem serviços precários e com baixa remuneração, o que dificulta o aluguel em pensões, casas, quarto de hotel. Então buscam formas de sobrevivência. "Se desdobra ora em serviços pessoais (lavadores e guardadores de carros), ora em atividades subsidiárias à produção industrial (reciclagem de materiais, com destaque para o papel). (BURSZTYN et al., 2003, p. 234).

Estes migrantes, ao se depararem com uma realidade totalmente distorcida do que a expectativa criada, procuram as redes de assistência para obter passagem de ônibus para a cidade de origem ou cidades próximas do destino, cedidas pela Política de Assistência Social. Segundo Justo (2014):

O serviço social das municipalidades é frequentemente chamado a resolver os problemas gerados pela presença indesejável desses visitantes. Assim, acaba por se converter em um dos principais serviços públicos encarregados de vigiar e gerenciar as portas de entrada das cidades – as rodoviárias, principalmente, e dar uma destinação aos "sem destino" ou "errantes" que nelas aportam. (JUSTO, 2014, p. 107).

BURSZTYN et al. (2003), cita que há casos de crianças e adolescentes que vão para as ruas por necessidade, para ajudar a família em questão de renda e/ou sustento em casa, essencialmente famílias chefiadas por mulheres. O autor destaca que:

Ir para as ruas de uma grande cidade significa, sobretudo e em primeiro lugar, estar à procura de alguma renda que serve para complementar o orçamento familiar e, em alguns casos, representa uma condição necessária para a sobrevivência não só da criança ou do adolescente, mas de toda a família. Isto acontece principalmente com as famílias chefiadas por mulheres. (BURSZTYN et al., 2003, p. 101).

Nas grandes cidades sempre estão surgindo novas pessoas com a expectativa de uma vida melhor, principalmente nos centros urbanos que há maior circulação de pessoas devido a lojas, shoppings, supermercados e etc. "O centro é o local escolhido devido ao intenso fluxo de consumidores, o que gera uma maior expectativa de se obter dinheiro." (SILVA, 2012, p. 110).

A situação de rua para alguns passa de temporária para permanente quando não encontram oportunidade de emprego, restando então desenvolver atividades precárias e criar estratégias de sobrevivência para sua própria subsistência e/ou sustento, lutam diariamente por isso pois a maioria não conta sempre com as redes que fornecem alimentação, pois quase sempre são insuficientes em meio a demanda crescente.

**CAPÍTULO 2: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: É MANIFESTO DA  
QUESTÃO SOCIAL?**

## 2.1 POBREZA, DESIGUALDADE E EXCLUSÃO

Nas ruas das cidades é notório a presença de pessoas que utilizam as ruas como moradia e meio de sobrevivência. Pessoas que vivem em extrema pobreza e não possuem renda para suprir necessidades básicas e sofrem com a desigualdade social, não possuem oportunidades e perspectivas de melhoria de vida estando excluídos da sociedade.

Com o crescimento do desenvolvimento econômico, aumenta também a questão social. “A questão social está relacionada à pobreza, à miséria, à desigualdade [...] apresenta-se como um confronto de forças entre quem vive em condições precárias.” (COSTA, 2009, p. 54).

No Brasil diversas famílias enfrentam a miséria, fome, desemprego, inexistência de moradia entre outros fatores que resultam na desigualdade social, que é um dos fatores responsáveis pela pobreza, de fato a pobreza existe porque há desigualdade. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (BRASIL, 2004) e a Norma Operacional Básica (NOBSUAS) (BRASIL, 2005):

A realidade brasileira nos mostra que existem famílias com as mais diversas situações socioeconômicas que induzem à violação dos direitos de seus membros, em especial, de suas crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência, além da geração de outros fenômenos como, por exemplo, pessoas em situação de rua, migrantes, idosos abandonados que estão nesta condição não pela ausência de renda, mas por outras variáveis da exclusão social. Percebe-se que estas situações se agravam justamente nas parcelas da população onde há maiores índices de desemprego e de baixa renda dos adultos. (BRASIL, 2005, p. 36).

A população em situação de rua vive uma realidade que passa despercebida pela sociedade. Vivem em situação de miséria e pobreza, o que é tratada como uma expressão da questão social.

O fenômeno população em situação de rua é uma expressão incontestável das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se processam a partir do eixo capital/trabalho. E, como tal é expressão incontestável da questão social. (SILVA, 2006, p. 89).

Esta população é excluída das estruturas convencionais da sociedade como emprego e moradia, vivendo em pobreza absoluta, possuindo menos que o

necessário para atender as necessidades básicas de sobrevivência. “A população em situação de rua seria uma expressão da questão social desde seu início até os dias atuais, tornando-se intensa na atualidade por conta das transformações no mundo do trabalho.” (COSTA, 2009, p. 87).

Na atualidade, a sociedade está cada vez mais individualista. A radicalização das desigualdades sociais leva as pessoas à exclusão. Quando o Estado não favorece mecanismos de Proteção social a exclusão se manifesta, mecanismos estes que se mostram ineficientes ao enfrentamento da exclusão social. Segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (BRASIL, 2004) e a Norma Operacional Básica (NOBSUAS): “Além de privações e diferenciais de acesso a bens e serviços, a pobreza associada à desigualdade social e a perversa concentração de renda, revela-se numa dimensão mais complexa: a exclusão social.” (BRASIL, 2005, p. 36).

Entretanto, a problemática que envolve a população em situação de rua, é considerada uma expressão radical da questão social desde o seu surgimento até a atualidade. Segundo Iamamoto (1999):

A questão social pode ser definida como: o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 1999, p. 27).

A questão social e a contradição entre capital e trabalho, o qual o capitalista era o proprietário dos meios de produção e o trabalhador vendia sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência, os trabalhadores produziam a riqueza e o capital se apropriava dela, o objetivo principal é acumular capital e não garantir condições de vida digna para toda a população. Assim foi quando tudo começou os trabalhadores ao migrar do campo para as cidades em busca de meios de subsistência encontraram diversas situações adversas que fizeram com que fossem morar nas ruas. Conforme citado por Silva (2006):

O fenômeno população em situação de rua é uma expressão incontestável das desigualdades sociais capitalistas, que se desenvolvem a partir do eixo capital/trabalho. E como tal é expressão da questão social. [...] o aprofundamento do desemprego e do trabalho precário consubstanciam a

expansão da superpopulação relativa ou exército de reserva e dessa forma, propiciam a elevação dos níveis de pobreza. (SILVA, 2006, p. 21).

Assim, percebe-se que historicamente a população em situação de rua vem vinculada à pauperização extrema, provocadas pela inexistência das condições mínimas de sobrevivência e por número limitado de vagas de trabalho.

Os processos que provocam a 'situação de rua' são registrados historicamente desde a época pré-industrial das sociedades europeias. Era resultado da pauperização provocada pela absorção insuficiente nas indústrias, da mão de obra das pessoas expulsas do campo. (COSTA, 2009, p. 84).

A pobreza é uma das principais expressões da questão social. “Pode-se dizer que pobreza é, antes de mais nada, uma categoria estatística que tem a sua importância na ótica de análises que procuram medir níveis de renda e o que a literatura especializada chama de necessidades sociais básicas.” (TELLES, 1994, p. 3).

A pobreza é um dilema existente desde sempre, que afeta milhares de pessoas do país. “A pobreza contemporânea é uma manifestação da “questão social”, portanto, resultante da relação de exploração entre capital e trabalho inerente ao modo de produção capitalista.” (SIQUEIRA, 2013, p. 177).

Os que sofrem com a pobreza e suas consequências tiveram suas trajetórias afetadas por situações diversas que os levaram ao desemprego como a falta de oportunidades e alternativas devido a mudanças no mundo de trabalho, baixa renda, exigências de qualificação profissional; negação de direitos e etc.

A pobreza, portanto, não é um dado da natureza humana, mas um resultado pautado nas formas de organização social, assumindo particularidades diversas e tendo seus fundamentos diferentemente vinculados às formas de produção e distribuição de riqueza historicamente determinadas. Pobreza é um fenômeno histórico e socialmente construído, e, portanto, historicamente superável. (SIQUEIRA, 2013, p.186).

Há uma diversidade de indicadores que revelam quem são os pobres no mundo de hoje. De acordo com Rouanet (2007), há diferentes formas de pobreza: a absoluta, moderada e relativa.

A pobreza moderada refere-se, em geral, a condições de vida em que as necessidades básicas são satisfeitas, mas com muita dificuldade. A pobreza relativa é, em geral, interpretada como sendo uma renda familiar abaixo de uma determinada proporção da renda média nacional. Os relativamente pobres, em países de alta renda, não têm acesso a bens culturais, entretenimento, recreação e à saúde e educação de qualidade, bem como a outros privilégios da mobilidade social ascendente. (SACHS 2005, p. 46-7 apud ROUANET, 2007, p. 49).

Estão em pobreza absoluta a população em situação de rua, pois não possuem o mínimo para satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência. Segundo Sachs (2005, p.46-7) conforme citado por Rouanet (2007, p. 49), a pobreza extrema (ou absoluta) se refere a:

Pobreza extrema ou miséria significa que as famílias não podem satisfazer necessidades básicas de sobrevivência. Elas sofrem de fome crônica, não têm acesso à saúde, não dispõem de água potável e esgoto, não podem oferecer educação para alguns ou todos os filhos e talvez não tenham um abrigo rudimentar – um teto para proteger da chuva, uma chaminé para tirar a fumaça do fogão – e artigos básicos do vestuário, como sapatos. (SACHS 2005, p. 46-7 apud ROUANET, 2007, p. 49).

As pessoas relativamente pobres possuem características tais como: vivem em condições precárias, desempregados, analfabetos ou semianalfabetos (importante lembrar que nem sempre são, há os que possuem profissão, mas pela diversidade de situações estão desempregados), são excluídos do meio social e não exercem seu direito de cidadania. Problematizar a noção de pobre e pobreza seria:

Na ótica da cidadania a rigor, pobre e pobreza não existem. O que existe, isso sim, são indivíduos e grupos sociais em situações particulares de denegação de direitos: trabalhadores com salários insuficientes, desempregados, famílias “sem teto” ou vivendo em moradias precárias, grupos sociais determinados sem acesso a serviços públicos de saúde e educação. Ou sem acesso garantido e sustentável a alimentação. (TELLES, 1994, p. 3).

A existência do pobre em situação de rua é antiga na história, provocada pela combinação de diversos acontecimentos econômicos, políticos e sociais. “As figuras da pobreza e do pobre são desenhadas em negativo: pela carência, pela “falta de”. Colocada no espaço da negatividade, a figura do pobre é equivalente à do carente, que exige tutela, assistência e caridade.” (TELLES, 1994, p. 5).

O pobre tem um passado histórico no cenário brasileiro, eram explorados pois exerciam trabalho escravo e apesar das políticas públicas, programas sociais existentes hoje. Ainda há aqueles que exercem trabalho informal, jornadas de trabalho exaustivas e ainda as vítimas de trabalho escravo, o que deveria estar mudando ainda é um retrocesso que clama por igualdade. São trabalhadores pobres que vivem em situação de extrema vulnerabilidade por não terem noção de direitos trabalhistas, baixa escolaridade ou serem analfabetos, semianalfabetos.

Parte desta população se apresenta de forma estagnada e/ou pauperizada. Para Silva (2006) o pauperismo:

O pauperismo é a parte da superpopulação relativa composta dos aptos para o trabalho, mas que não são absorvidos pelo mercado; dos órfãos e filhos de indigentes e dos incapazes para o trabalho.[...] É a camada da superpopulação relativa que vive em piores condições.[...] No dizer de Marx, "o pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva (MARX 1988b, p. 747 apud SILVA, 2006, p. 78).

Siqueira (2013) explica a expressão estagnada:

Estagnada- trabalhadores em atividade, mas com ocupação totalmente irregular a exemplo do trabalhador do chamado "setor informal", precários etc., com "duração máxima de trabalho e mínima de salário". E finalmente o pauperismo, "o mais profundo sedimento da superpopulação relativa vegeta no inferno da indigência, do pauperismo". Estando inclusos aqui os aptos para trabalhar (em condições cada vez mais precárias e executando atividades "degradantes"), os órfãos e filhos de indigentes e os incapazes de trabalhar (público-alvo da política de assistência social). (SIQUEIRA, 2013, p.170).

A realidade da exclusão social e os preconceitos que essa população enfrenta pelo olhar da sociedade, bem como a precariedade de sua existência por ser "morador de rua", são invisíveis diante o governo e a sociedade, que não convivem e não conhecem a realidade de perto, sendo assim não possuem o mesmo olhar de quem já presenciou de perto ou já viveram o mesmo dilema, não têm consciência das causas que levam essas pessoas a estarem vivendo assim e julgam sem ter consciência que são diversos fatores envolvidos. Segundo Costa (2005):

A exclusão social, que passamos a conhecer, tem origens econômicas, mas caracteriza-se, também, pela falta de pertencimento social, falta de perspectivas, dificuldade de acesso à informação e perda de autoestima. Acarreta consequências na saúde geral das pessoas, em especial a saúde

mental, relaciona-se com o mundo do tráfico de drogas, relativiza valores e estabelece padrões e perspectivas de emancipação social muito restritos. (COSTA, 2005, p. 3).

A exclusão social na sociedade se dá pela falta de recursos, as políticas públicas e programas sociais são insuficientes para enfrentamento da pobreza e da desigualdade social. Lopes (2006) caracteriza a exclusão social como:

[...] a “exclusão social” se caracteriza por um conjunto de fenômenos que se configuram no campo alargado das relações sociais contemporâneas: o desemprego estrutural, a precarização do trabalho, a desqualificação social, a desagregação identitária, a desumanização do outro, a anulação da alteridade, a população de rua, a fome, a violência, a falta de acesso a bens e serviços, à segurança, à justiça e à cidadania, entre outras. (LOPES, p. 13, 2006).

Parcela da população é excluída da sociedade, e ainda são invisíveis perante ao Estado que são incapazes de enxergar a realidade do drama social brasileiro em que eles vivem, algo impede a classe média de avistar a realidade ao seu redor. Embora deveriam ser considerados sujeitos de direito como qualquer outra pessoa perante a lei, as políticas públicas são insuficientes e precárias. Sua condição existencial é precária, sobrevivem em condições subumanas, não tem acesso aos direitos, devido as condições sociais de existência. Segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (BRASIL, 2004) e a Norma Operacional Básica (NOBSUAS) (BRASIL, 2005) o termo exclusão social:

O termo exclusão social confunde-se, comumente, com desigualdade, miséria, indigência, pobreza (relativa ou absoluta), apartação social, dentre outras. Naturalmente existem diferenças e semelhanças entre alguns desses conceitos, embora não exista consenso entre os diversos autores que se dedicam ao tema. Entretanto, diferentemente de pobreza, miséria, desigualdade e indigência, que são situações, a exclusão social é um processo que pode levar ao acirramento da desigualdade e da pobreza e, enquanto tal, apresenta-se heterogênea no tempo e no espaço. (BRASIL, 2005, p. 36).

Esta população nem sempre é resiliente e busca melhoria pois já perderam as expectativas de uma vida digna diante a tantos impasses e políticas escassas e insuficientes para suprir a necessidade de uma demanda enorme. Mantém a resistência em meio aos problemas e continuam nesta luta diária resistindo e resistindo.

São vítimas de desigualdade social, exclusão social, preconceito, pobreza, indiferença, discriminação, desprezo e invisibilidade aos olhos da sociedade, além da dificuldade de acesso a serviços e programas sociais. Sofrem discriminação por permanecerem em determinados locais que na maioria são públicos. Por se instalarem provisoriamente nestes locais, são vítimas de todos os tipos de preconceito.

A pobreza e a desigualdade são problemas visíveis, mas que se tornam “invisíveis” diante ao Estado. Nessa problemática se inserem a população em situação de rua, rotulados pela sociedade como “miseráveis”, “desafortunados”, “desprovidos” imploram e necessitam de serviços das redes da Assistência Social.

Esta população vulnerável necessita de auxílio e deveriam ter um mínimo de igualdade, mas infelizmente na realidade são serviços escassos e insuficientes em relação a demanda.

Nota-se a precarização das políticas públicas voltadas à essa população, que são insuficientes, pois o Estado não oferece a esses indivíduos devida proteção e garantia de seus direitos, além desta população terem dificuldade ao acesso a serviços e programas de outras políticas. Segundo o SUAS e População em Situação de rua (BRASIL, 2009) a grande maioria não possui quaisquer documentos de identificação, e não recebem benefícios dos programas governamentais.

Esta população sofre todas as formas de violações de seus direitos humanos. Pensando-se em garantir o acesso às pessoas em situação de rua as Políticas de Proteção foi criada a Política Nacional para a População em Situação de Rua decreto nº7053 de 23 de dezembro de 2009, que conforme o artigo 5º tem seus direitos garantidos:

“Art. 5º. São princípios da Política Nacional para a população em situação de Rua, além da igualdade e equidade: I – respeito a dignidade da pessoa humana; II – direito a convivência familiar e comunitária; III – valorização e respeito à vida e a cidadania; atendimento humanizado e universalidade e - respeito as condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial s pessoas com deficiência.” (BRASIL, 2009, p. 1).

No Brasil, há inúmeras pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza. Siqueira (2013) traz uma diferenciação entre o conceito de linha de pobreza e linha de indigência, conforme a autora:

A “linha de indigência” caracteriza a população que não consegue atingir o valor econômico necessário para aquisição de uma cesta de alimentos que detenha a quantidade calórica mínima à sobrevivência. A “linha de pobreza” se refere ao contingente populacional que, atingindo tal valor, apresenta carência em alguma necessidade básica, como habitação, vestuário, transporte, saúde, educação, lazer, etc. (SIQUEIRA, 2013, p. 193).

Contudo, torna-se quase que inacessível para a população em situação de rua o acesso e a inserção nos serviços, visto que grande parte não possui documentos de identificação, endereço fixo, etc, o que dificulta ainda mais o acesso a serviços. Há diversos julgamentos contra quem vivencia a pobreza como se fosse uma opção ou escolha de o indivíduo estar em situação de extrema pobreza, “só é pobre quem quer, emprego tem”. Tratam a pobreza como uma escolha do indivíduo, o indivíduo se submete a isso e escolhe então ser pobre. Como se houvesse uma igualdade de oportunidades. Siqueira (2013), desenvolve uma compreensão sobre a temática e caracteriza “suas causas”, a autora ressalta que:

A) A pobreza como opção (preguiça, características pessoais) [...] a pobreza passa a ser concebida como algo mentalmente controlado e administrado por cada pessoa.

B) [...]Quando a pobreza se considera como uma disfunção, ora o pobre é “incluído” ou “reajustado” mediante abrigos, assistência e educação (protege-se o indivíduo), ora é “recluído” e reprimido, mediante encarceramento e criminalização (protege-se a sociedade ameaçada pelo indivíduo desajustado).

C) A pobreza como consequência do déficit de educação ou de capacitação: a Teoria do “capital humano”. Conceitua-se a pobreza como resultado da falta de capacitação do indivíduo; neste sentido se dá a educação o status de solução de todos os problemas, falseando a realidade e culpabilizando os sujeitos. (SIQUEIRA, 2013, p. 189-190).

Silva (2006) traz as seguintes indagações: “quais as funções das políticas sociais no capitalismo? Teriam elas possibilidades de eliminar as desigualdades sociais e a pobreza?” (SILVA, 2006, p. 134). A pobreza e as desigualdades sociais são determinantes da estrutura capitalista, estas funções das políticas sociais no capitalismo não eliminam de fato esses determinantes.

As políticas sociais teriam, pois, a função de materializar os direitos sociais, possibilitando uma redistribuição maior da riqueza socialmente produzida. Porém, não são capazes de acabar com as desigualdades sociais nem tampouco de eliminar a estrutura de classes sociais. (SILVA, 2006, p. 134).

Contudo, na contemporaneidade, os serviços oferecidos pelas políticas sociais voltadas à população em situação de rua, além de não eliminarem as desigualdades sociais e não combater a pobreza ainda persiste a discriminação e não reconhecimento como sujeitos de direitos.

## **2.2 POLÍTICAS SOCIAIS VOLTADAS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Há um grande desinteresse tanto do Estado quanto da sociedade quando se refere a tentativa de solucionar os problemas enfrentados pela população em situação de rua. Apesar das lutas e conquistas da população em situação de rua, ainda há muitos desafios a serem alcançados para superar a negação dos direitos e a precariedade, ineficácia das políticas voltadas a esta população.

Algumas leis e políticas amparam esta população, tentando suprir as necessidades básicas de sobrevivência, e que não trazem resultados para melhoria na condição de vida da população. Os programas sociais são paliativos do governo para amenizar a situação de pobreza.

Pode-se dizer que as Políticas Públicas se apresentam como redistributivas e reparadoras tendo como função diminuir as desigualdades. “Assim, o horizonte das políticas sociais deve ser a redução das desigualdades sociais, em busca da igualdade de condições.” (SILVA, 2006, p.135).

As políticas sociais surgem como enfrentamento das expressões da questão social. As políticas públicas possuem caráter emergencial, paliativas, que amenizam, complementam e até reduzem os problemas sociais, mas não resolvem de fato. Segundo Pastorini (1997):

[...] Afirmamos que as políticas sociais têm por objetivo a geração de certa redistribuição dos recursos sociais, por um lado, prestando serviços sociais e assistenciais e, por outro, outorgando um complemento salarial às populações carentes. [...] mecanismos institucionais tendentes a diminuir as desigualdades sociais, redistribuindo seus escassos recursos num sentido contrário ao do mercado: aquele que tem menos será o que mais receberá das políticas sociais. (PASTORINI, 1997, p. 88).

Para a classe trabalhadora de baixa renda, para os que comprovadamente são pobres e a população em situação de rua estas políticas sociais e assistenciais são necessárias a sobrevivência, mas não eliminam as desigualdades sociais. Na

perguntas verdade são políticas precárias pois são serviços passageiros, existentes para manter um controle social. Estas políticas omitem parcela das demandas, mas não as eliminam de vez e nem combatem a pobreza existente.

Segundo a Norma Operacional Básica NOB SUAS (2012), a Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS.

As políticas públicas que marcaram a história da Política de Assistência Social são Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004 e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS) em 2005.

Em 2004, tem-se a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que assegura a população em situação de rua, que se inserem na Proteção Social Especial. (BRASIL, 2004)

Em 2005, tem-se a NOB SUAS que organiza a gestão pública da Política de Assistência no território brasileiro. No ano de 2012, a mesma reafirma-se como Seguridade Social, afiançadora de direitos previsto na Constituição Federal de 1988. Em outras palavras:

[...] a nova NOB SUAS expressa os inúmeros avanços conquistados nos últimos oito anos de implantação do SUAS, assim como o processo de priorização das políticas sociais observado no país na última década. Com a adoção de um modelo de desenvolvimento econômico atrelado ao desenvolvimento social, a atenção às populações em situação de pobreza, vulnerabilidade e risco pessoal e social entrou definitivamente na agenda pública brasileira (BRASIL, 2012, p. 11).

A Proteção Social Especial baseia-se em um mecanismo voltado a assegurar a proteção aos indivíduos que se encontram em situação de risco.

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. (BRASIL, 2004, p. 37).

Conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e a Norma Operacional Básica (NOBSUAS/2005), (BRASIL, 2005) as pessoas em situação de rua se incluem na Proteção Social Especial. Visto que esta população vulnerável

possui seus direitos violados, se encontram em situação de risco, e estão nesta condição por diversos aspectos da exclusão social.

São destinados, por exemplo, às crianças, aos adolescentes, aos jovens, aos idosos, às pessoas com deficiência e às pessoas em situação de rua que tiverem seus direitos violados e, ou, ameaçados e cuja convivência com a família de origem seja considerada prejudicial a sua proteção e ao seu desenvolvimento. No caso da proteção social especial, à população em situação de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direitos. (BRASIL, 2005, p. 37).

Segundo as Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua Centro POP (MDS, 2011), com a aprovação da alteração na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) Lei nº 11.258/2005 que alterou o art. 23 da Lei nº 8742/93, incluíram a previsão de programas para população em situação de rua na política de Assistência Social.

Com a aprovação da Lei do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) <sup>7</sup>Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011 que inclui a atenção às pessoas em situação de rua no campo da Assistência Social, assegurando este segmento populacional como sujeitos de direitos.

A aprovação da Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005 que alterou o art. 23 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, incorporando à LOAS a criação de programas de proteção social às pessoas em situação de rua no campo da Assistência Social, o que reafirmou o dever do Estado com a proteção social aos cidadãos brasileiros que se encontram em situação de rua no Brasil. A aprovação da Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 (Lei do SUAS), que altera a LOAS veio fortalecer ainda mais esse processo, assegurando bases sólidas para a consolidação da institucionalidade da política de Assistência Social e do SUAS no país. (BRASIL, 2011, p. 32).

Também em 2009, foi instituído o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População de Rua (CIAMP – Rua) no II Encontro Nacional sobre População de Rua, de posse dos resultados da Pesquisa

---

<sup>7</sup> A aprovação da Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 (Lei do SUAS), que altera a LOAS veio fortalecer ainda mais esse processo, assegurando bases sólidas para a consolidação da institucionalidade da política de Assistência Social e do SUAS no país. O SUAS é um sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira. (NOB/ SUAS/2005) (BRASIL, 2011, p. 32)

Nacional, concluída em 2008 que foi publicada em 2009. De acordo as experiências do I Encontro Nacional, foi estabelecido o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 que Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.

Segundo o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 que criou a Política Nacional para a População em Situação de Rua, esta população em situação de rua é considerada:

Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009, p. 1).

Conforme a Política Nacional para População em Situação de Rua (BRASIL, 2009) cabe à política de Assistência Social o desenvolvimento de serviços, programas e projetos para:

- Proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica;
- Criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços;
- Adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários;
- Implementar Centros de Referência Especializados para Atendimento da População em Situação de Rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social. (BRASIL, 2011, p. 35).

Em 2009, foi publicada a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, que foi realizada entre agosto de 2007 e março de 2008 o primeiro Censo. Considerado um avanço em relação à elaboração de novas políticas voltadas a esta população. O que permitiu conhecer mais de perto a realidade deste segmento populacional, a diversidade dos perfis, características e etc.

Assim, o levantamento permitiu caracterizar a população em situação de rua e subsidiar a formulação e implantação de políticas públicas para esse segmento. Possibilitou, também, compreender a heterogeneidade dos modos de vida dessa população, a exemplo das suas características socioeconômicas, escolaridade, tempo de permanência nas ruas, faixa

etária, fontes de renda, relações e vínculos estabelecidos, dentre outros aspectos. (BRASIL, 2011, p. 25).

Entretanto são escassas as políticas e grande parte desta população não tem conhecimento dos seus direitos e informações dos serviços destinados ao atendimento socioassistencial. Segundo as Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua Centro POP, a resolução nº 109/2009 que trata da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, tipificou o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, ofertando unidades dos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro POP).

Como parte do esforço de consolidação do SUAS, em 11 de novembro de 2009, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a Resolução nº 109/2009, que trata da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Esta, ao tratar dos serviços da proteção social especial de média complexidade, tipificou o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, prevendo como lócus de sua oferta o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, unidade prevista no art. 7º do Decreto nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009. (BRASIL, 2011, p.9).

De acordo com as Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua Centro POP (MDS, 2011):

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua constitui-se em uma unidade de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de caráter público estatal, com papel importante no alcance dos objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua. As ações desenvolvidas pelo Centro POP e pelo Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua devem integrar-se às demais ações da política de assistência social, dos órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas - saúde, educação, previdência social, trabalho e renda, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional - de modo a compor um conjunto de ações públicas de promoção de direitos, que possam conduzir a impactos mais efetivos no fortalecimento da autonomia e potencialidades dessa população, visando à construção de novas trajetórias de vida. (BRASIL, 2011, p. 10).

A resolução nº 109, de 11 de novembro de 2011, aprovou a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais em âmbito nacional, determinando que a Abordagem Social é um tipo de serviço realizado pela Proteção Social Especial de

Média Complexidade à população em situação de rua (BRASIL, 2014). Esse serviço auxilia informar os usuários por meio da busca ativa.

Segundo as “Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua Centro POP” (BRASIL, 2011), o Serviço Especializado em Abordagem Social representa:

O Serviço Especializado em Abordagem Social, igualmente tipificado no escopo de atuação da PSE de Média Complexidade, representa importante recurso para a identificação de pessoas em situação de rua ao possibilitar que a oferta de atenção especializada a esse segmento seja iniciada no próprio contexto da rua, viabilizando intervenções voltadas ao atendimento de necessidades mais imediatas e à vinculação gradativa aos serviços socioassistenciais e à rede de proteção social. (BRASIL, 2011, p. 39).

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e a Norma Operacional Básica (NOBSUAS/2005) a Abordagem de Rua é um serviço de média complexidade. “São considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados.” (BRASIL, 2005, p. 38).

Estão incluídos na Proteção Social de Alta Complexidade, alguns serviços socioassistenciais voltados a população em situação de rua como: Casa de Passagem e Albergue. Conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e a Norma Operacional Básica (NOBSUAS/2005) os serviços de Proteção Social de Alta Complexidade são:

Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário. (BRASIL, 2005, p. 38).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) desenvolveu a ação de inclusão da população em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007. Para ser inserido em qualquer programa social oferecido pelo Governo Federal, é necessário que o usuário realize o Cadastro Único.

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento de coleta de dados que possibilita a identificação e a caracterização das famílias/ indivíduos brasileiros de baixa renda. É também uma importante ferramenta de planejamento de políticas públicas e deve ser utilizado para a seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal. (BRASIL, 2011, p. 8).

Segundo a Cartilha: Inclusão das pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (BRASIL, 2011), o propósito da inclusão e cadastramento deste segmento populacional no Cadastro Único foram para:

- Para favorecer o acesso dessas pessoas aos programas sociais que utilizam dados do Cadastro Único.
- Para ampliar o acesso das pessoas em situação de rua à rede de serviços socioassistenciais.
- Para produzir informações que contribuam para o aprimoramento da atenção a esse segmento nas diversas políticas públicas. (BRASIL, 2011, p. 9).

Em relação à realização do cadastramento, conforme a Cartilha: Inclusão das pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal “deverá ser realizado por meio de trabalho articulado entre as áreas gestoras do Cadastro Único e da Proteção Social Especial (PSE) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na localidade.” (BRASIL, 2011, p. 10).

Os serviços socioassistenciais do SUAS ao identificar as pessoas em situação de rua podem encaminhá-los aos locais de cadastramento. Estes serviços segundo a Cartilha: Inclusão das pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, são:

- Serviço Especializado em Abordagem Social. Nas localidades onde não houver oferta deste serviço, outros profissionais da Proteção Social Especial do SUAS, qualificados para a realização da abordagem a essa população poderão também desempenhar essa função.
- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, ofertado no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua.
- Serviço de Acolhimento para População em Situação de Rua (Abrigos, Casas de Passagem, Repúblicas).

- Outro serviço, Unidade, equipe ou profissional da Proteção Social Especial, desde que também definido como referência na localidade para esta identificação. (BRASIL, 2011, p. 12).

Também se faz necessário ressaltar que parte desta população tem a rua como moradia, e não possui endereço fixo. Além do endereço, é preciso informá-los sobre a documentação exigida, que maioria da população em situação de rua não possui. E ao cadastrar-se no Cadastro Único “poderá ser utilizado o endereço de uma unidade de serviço da rede socioassistencial que a pessoa tenha como referência ou, na ausência deste, o endereço da instituição de acolhimento indicada pelo entrevistado” (BRASIL, 2011, p. 13).

Vivemos em um país completamente desigual, grande parcela desta população tem acesso a direitos básicos. Nesse contexto, vale ressaltar o Programa Bolsa Família, que segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), foi criado em 2003 e está previsto pela Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, sendo um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil, que tem como um dos eixos principais o complemento da renda, isto é, as famílias recebem todos os meses o benefício em dinheiro.

A inclusão desta população em programas socioassistenciais é de fundamental importância, visto que se encontram em uma situação de extrema vulnerabilidade e são cidadãos portadores de direitos, mas que têm seus direitos violados.

As políticas que “tentam combater a pobreza” muita das vezes são ineficazes ou insuficientes em relação à demanda e o trabalho do Assistente Social é fundamental neste processo de efetivação de direitos. Conforme Yazbek:

De fato, as políticas sociais, com seus programas e proposições ineficazes, insuficientes e sobrecarregados diante de uma imensa maioria de pobres, vêm se confirmando como instrumentos de pouca efetividade no enfrentamento da pobreza brasileira. (YAZBEK, p. 58).

Esses profissionais se deparam com essas situações cotidianamente em sua prática profissional, pois a pobreza faz parte da experiência diária dos assistentes sociais uma vez que trabalham diretamente com as classes subalternizadas (YAZBEK, 2010).

A criação e desenvolvimento de projetos sociais com intuito de inclusão social desta população, criação de Centros de Referência Especializado em atendimento à população em situação de rua (CENTRO POP) em cidades com grande demanda e circulação desta população. Investimentos na educação e capacitação como exemplo cursos profissionalizantes voltados à reinserção no mercado de trabalho, trabalhar no resgate dos direitos civis, econômicos e culturais, criação ou aumento de vagas em centros de reabilitação para dependentes químicos, albergues e abrigos temporários mesmo que por pouco tempo, para auxiliar no processo de saída das ruas.

Contudo, é importante ressaltar que grande parte das cidades possuem abrigos e albergues, contudo os Centros POPS estão presentes somente em alguns municípios, geralmente onde há grande circulação de pessoas em situação de rua. Entretanto algumas cidades não contam com esses serviços, que de fato é fundamental esse atendimento para esta população de acordo com suas especificidades e particularidades, o que colaborariam para a saída das ruas.

## **2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente estudo tem como objeto conhecer os fatores de sobrevivência da população em situação de rua no município de Ituiutaba-MG. O motivo de estudar este tema decorreu pela experiência obtida nos períodos de Estágio Supervisionado I, II, III e IV desenvolvido no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), localizado na cidade de Uberlândia-MG.

Durante o estágio nos atendimentos à população em situação de rua feitos pela Assistente Social, e nas abordagens de rua, surgiu a indagação sobre questões pertinentes referente a realidade em que vivem. O interesse pelo assunto só aumentava a cada dia, sendo assim este estudo traz como é a realidade das pessoas que se encontram em situação de rua.

Desta forma o objetivo geral foi conhecer os fatores que levaram aos participantes estarem em situação de rua e os objetivos específicos foram apontar as dificuldades que essa população encontra nas ruas e identificar a estratégia de sobrevivência e formas de subsistência desta população nas ruas.

Partiu-se da indagação de quais teriam sido os motivos que levaram os indivíduos do município de Ituiutaba-MG a estarem em situação de rua, tendo como pressuposto que os possíveis motivos que levam essa população a estar na situação de rua, podem estar associados a alguns acontecimentos no decorrer da vida como: divórcio; desemprego; rompimento de vínculos; abandono familiar, vício do álcool e dependência química, entre outros.

Para atingir esses objetivos utilizou-se a pesquisa exploratória, pois a mesma proporciona uma familiaridade com o problema identificado pelo pesquisador. (GIL, 2002, p. 41).

Quanto aos procedimentos utilizados para esse estudo, foram realizadas a pesquisa bibliográfica e de campo.

A pesquisa bibliográfica foi constituída de leitura em livros, artigos científicos, revistas, meios eletrônicos que proporcionaram um baseamento teórico relevante na construção da escrita científica. A pesquisa bibliográfica possibilitou uma aproximação com a realidade da população em situação de rua e comparação de ideias sobre a temática que coincidiram com autores. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” (GIL, 2002, p. 44).

Foi realizada uma pesquisa de campo, pois ela proporciona conhecer as técnicas e procedimentos. Segundo Gil (2002):

Tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. (GIL, 2002, p. 53).

Também foi elaborado um roteiro de entrevista de acordo com as indagações com base na questão do problema da temática, para posteriormente realizar a entrevista. De acordo com Gonçalves e Lisboa:

As trajetórias de vida são construídas através da inter-relação dialógica entre pesquisador e sujeito pesquisado: através de uma técnica de entrevista. O pesquisador seguirá um roteiro de perguntas elaboradas de acordo com a questão a ser investigada, obedecendo a um fio condutor

composto pelas categorias previamente definidas na fundamentação teórica do projeto. (GONÇALVES; LISBOA, 2007, p. 90).

Para a realização da pesquisa de campo, optou-se pela entrevista a partir de formulário estruturado com questões abertas, privilegiando-se a fala dos sujeitos e também o referencial teórico utilizado para conceituar a população em situação de rua.

Para a coleta de dados nos levantamentos são utilizadas as técnicas de interrogação: o questionário, a entrevista e o formulário. Por questionário entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado. Entrevista, por sua vez, pode ser entendida como a técnica que envolve duas pessoas numa situação "face a face" e em que uma delas formula questões e a outra responde. Formulário, por fim, pode ser definido como a técnica de coleta de dados em que o pesquisador formula questões previamente elaboradas e anota as respostas. (GIL, 2002, p.114-115).

Na pesquisa de campo foram aplicadas oito questões abertas a partir do formulário estruturado, no qual foram gravadas as falas entrevistadas, mas como se trata de uma técnica em que as falas dos participantes foram gravadas e transcritas, sabendo que o risco da pesquisa consiste em quebra do anonimato, foram adotados todas as medidas para preservar a identidade e para que não ocorresse a quebra do sigilo. Os três entrevistados foram identificados por nomes fictícios. As falas dos participantes foram transcritas para fazer a leitura da trajetória de vida dos entrevistados, e foi identificada a particularidade de cada depoimento.

Sendo assim buscou-se os elementos trazidos nas trajetórias para validar as hipóteses e responder à questão formulada no problema da pesquisa, como sugere Gonçalves e Lisboa (2007, p. 90).

Os participantes da pesquisa foram três pessoas em situação de rua, situados na cidade de Ituiutaba-MG. Os critérios de inclusão foram pessoas em situação de rua maiores de 18 anos, ambos os sexos e que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os dados foram coletados a partir do momento em que os participantes da pesquisa aceitaram assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para manter o sigilo e a ética das experiências que foram compartilhadas nos depoimentos orais, gravados em áudio e posteriormente transcritos na íntegra, e após ter sido aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Ressalta-se que esta pesquisa foi submetida a avaliação do Comitê de Ética da UFU (CEP) sob CAAE nº 91392218.1.0000.5152, sendo desenvolvida somente após a aprovação mediante parecer nº 2.829.409.

O universo da pesquisa foi a cidade de Ituiutaba, localizada no estado de Minas Gerais, que segundo ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) estima- a quantidade da população é de 104.067 habitantes.

O cenário foi a Casa de Maria Nossa Senhora das Graças, localizada no município de Ituiutaba-MG, na Rua. Vinte com Avenidas 3 e 5 nº196 - Centro.

A Casa de Maria Nossa Senhora das Graças, segundo o regulamento interno é uma Associação sem fins econômicos, fundada em 25 de fevereiro de 2008, conta com o apoio de sócios fundadores e voluntários. A associação presta acolhimento diurno a população em situação de rua da cidade. O local funciona de segunda-feira a sexta-feira, oferecendo alimentação e refeições diariamente, possibilitando também a utilização de serviços como higiene pessoal, tomar banho e lavar suas roupas.

A Casa de Maria Nossa Senhora das Graças promove um espaço de convivência aos moradores de rua/população em situação de rua da cidade, visto que a maioria desta população frequenta diariamente o local. O espaço também pratica diariamente a evangelização com estas pessoas levando mensagens e orações religiosas. Contudo, trata-se de uma Casa de Acolhimento diurno, que desenvolve um trabalho de caráter filantrópico, tem um ambiente acolhedor e tem o intuito de ajudar as pessoas necessitadas, aumentando a autoestima e a dignidade destas pessoas.

Utilizou-se a abordagem qualitativa para análise dos dados coletados. Segundo Gil (2002) a análise qualitativa:

A análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma seqüência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório. (GIL, 2002, p.134)

Em relação a análise de dados, as entrevistas foram analisadas por meio da abordagem qualitativa, após a coleta de dados as entrevistas foram transcritas e interpretadas, em seguida os dados foram comparados e articulados de acordo com

a teoria da bibliografia utilizada na construção do estudo. Segundo GIL (2008) esta interpretação se refere a:

Para interpretar os resultados, o pesquisador precisa ir além da leitura dos dados, com vistas a integrá-los num universo mais amplo em que poderão ter algum sentido. Esse universo é o dos fundamentos teóricos da pesquisa e o dos conhecimentos já acumulados em torno das questões abordadas. Daí a importância da revisão da literatura, ainda na etapa do planejamento da pesquisa. Essa bagagem de informações, que contribuiu para o pesquisador formular e delimitar o problema e construir as hipóteses, é que o auxilia na etapa de análise e interpretação para conferir significado aos dados. Mediante o auxílio de uma teoria pode-se verificar que por trás dos dados existe uma série complexa de informações, um grupo de suposições sobre o efeito dos fatores sociais no comportamento e um sistema de proposições sobre a atuação de cada grupo. Assim, as teorias constituem elemento fundamental para o estabelecimento de generalizações empíricas e sistemas de relações entre proposições. (GIL, 2008, p.179)

## 2.4 ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados foi realizada a partir das falas dos entrevistados, por meio da abordagem qualitativa. Foram entrevistadas três pessoas em situação de rua, as falas foram gravadas e transcritas.

Para resguardar o sigilo e a identidade os entrevistados foram identificados por nomes fictícios: entrevistado 1 - Flor da Esperança, entrevistado 2 – Valente, entrevistado 3 – Trecheiro.

O formulário da Pesquisa continha oito perguntas que serão descritas na análise abaixo.

Ao questionar o que os levou a morar na rua, os entrevistados disseram:

“Abandono.” (FLOR DA ESPERANÇA, 2018)

“Discutia demais com a família, queria manda demais. Eu peguei e falei vô embora, cêis quer manda na vida dos outros, sou de maior já. Cêis quer mandar em mim, por quê? Falei pra eles.” (VALENTE, 2018)

“Perdi minha mãe, meu pai morava com a minha madrasta. Aí eu não combinava com a madrasta.” (TRECHEIRO, 2018)

Conforme as respostas acima, em relação aos motivos que levaram os participantes a morar nas ruas, todos disseram o motivo teria sido desavenças com familiares ou companheiro. Flor da Esperança respondeu no decorrer da entrevista que brigou com o parceiro por isso foi para a rua. Valente disse que houve dois motivos que foram: as desavenças com familiares e por ansear ter liberdade. O Trecheiro respondeu que com a perda da mãe, foi morar com a madrasta e que não dava certo a convivência.

Perguntou-se há quanto tempo estão vivendo na rua, e foi dito:

“Ah, já faz... faz pouco tempo. Um mês.” (FLOR DA ESPERANÇA, 2018)

“Tem uns quatro meses...” (VALENTE , 2018)

“Ah uns nove anos, dez anos...” (TRECHEIRO, 2018)

Em relação ao tempo de vivência nas ruas, observa-se que Flor da Esperança está na rua há pouco tempo, somente um mês e na entrevista nota-se que está apreensiva e assustada com a situação. Já Valente está na rua há quatro meses conhecendo a cruel realidade. Por fim, Trecheiro está nas ruas há quase dez anos, já passou por diversas dificuldades e adversidades que a rua possa proporcionar, percorreu muito pelo trecho nesses anos e tem uma enorme experiência e histórias para contar.

De acordo com os três entrevistados, as dificuldades enfrentadas no seu dia a dia são:

“Amizade, que é falsa.... Tomar banho.” (FLOR DA ESPERANÇA,2018)

“Pedir comida é uma dificuldade, no sábado não abre aqui aí nois vai na rua entendeu? [...] O frio nois passa também, o roubo também tem vez que rouba as coisas da gente. [...] Vixe, dia de sábado e domingo aqui não abre, entendeu? Tem dia que nois come, tem dia que não.” (VALENTE, 2018)

“Final de semana era ruim demais, tudo fechado. Os albergues não funcionavam, dificuldade quando chovia era ruim demais, vinha enxurrada molhava os papéis tudo [...] Fora as dificuldades da polícia, a chuva, fome, final de semana passava na padaria, ganhava um pão com um cafezinho de manhã cedo... (TRECHEIRO, 2018)

Em relação as dificuldades que enfrentam diariamente, Flor da Esperança respondeu que as amizades de rua são falsas e a dificuldade de tomar banho, pois a Casa de Maria não abre aos sábados e domingos. Valente respondeu que pedir comida é uma dificuldade, pois ressaltou também que a Casa de Maria fecha nos finais de semana e relatou também dificuldades como o frio e os roubos dos pertences. Trecheiro também respondeu sobre o não funcionamento dos locais que fornecem serviços nos finais de semana que se tornava uma dificuldade para ele, e ressaltou que quando chovia era mais uma dificuldade a ser enfrentada. Durante a entrevista Trecheiro ressaltou sobre a repressão dos policiais que sempre o abordava pensando que era ladrão e etc.

Nota-se que os três entrevistados responderam sobre o não funcionamento dos locais que oferecem serviços voltados a esta população, Flor da esperança e Valente citaram a Casa de Maria, que por fechar nos fins de semana dificulta a alimentação e o banho.

Fatores relacionados às mudanças climáticas do tempo tornam-se uma dificuldade, Valente citou o frio e Trecheiro citou a chuva, o que coincide com (SILVA, 2006, p. 94) “As pessoas por ele atingidas utilizam estratégias para se protegerem do frio, recolhendo-se em albergues ou outros espaços e, algumas vezes se deslocando, temporariamente, para outras cidades ou regiões.”

Valente também cita o roubo dos pertences como uma dificuldade. Isto vem coincidir com o que Costa diz: “Viver nas ruas quase sempre significa estar em risco.

Risco que se transforma em medo cotidiano de ter os pertences roubados[...]. (COSTA, 2005, p. 10).

Ao questionar sobre o vínculo familiar, se possuíam contato com familiares e se não o que levaria a romper esse contato, responderam:

“Não. [...] Perdi né o contato com eles totalmente, não tenho número.” (FLOR DA ESPERANÇA, 2018)

“Não. Só minha vó, de vez em quando vem aqui.” (VALENTE, 2018)

“Tenho contato com a minha tia ali na 26 e meu primo, meu pai já faleceu.” (TRECHEIRO, 2018)

Conforme as respostas, percebe-se que Flor da Esperança perdeu o vínculo familiar recentemente. Valente ainda possui contato com a avó que o visita na Casa de Maria, e na entrevista sua mãe chegou na Casa de Maria, ela que também está em situação de rua há muitos anos, então encontram-se ocasionalmente nas ruas. E o Trecheiro tem contato com a tia e o primo. Pode-se concluir que somente Flor da Esperança rompeu o vínculo familiar, Valente e Trecheiro ainda possuem contatos com alguns dos membros familiares.

Ao indagar sobre algum tipo de preconceito, violência ou exclusão vivendo nas ruas, disseram:

“Preconceito demais, porque mora na rua se vai pedir, lógico. Pedir pra sobreviver. Porque serviço é raro, ninguém te dá oportunidade porque é morador de rua. A pessoa fala quando você vai pedir: ah vai trabalhar você é saudável.” (FLOR DA ESPERANÇA, 2018)

“Tem pessoa que julga né? Fala ah vai trabalha, se é novo [...] Tem pessoa que é ignorante, tem pessoa que fala... Tem muita pessoa do coração bão e tem muita pessoa do coração ruim. Tem pessoa que tem medo da gente rouba os trem, e tem pessoa que já é humilde.” (VALENTE, 2018)

“Já sofri, eles olham assim... pra eles todo andarilho tá na rua porque quer, outros falam que brigou com pai e mãe e não aceitou eles em casa mais. E a pessoa na rua fica desacreditado né? Por causa que ele anda com uma mochila nas costas. [...] Não fala mais você já olha e tá vendo que a pessoa não tá gostando, mas a gente percebe, falam: vou ali em casa, mas fica aí. Ficam com medo da gente acompanhar eles, tem vergonha de andar com você, porque tá malvestido [...] Brigava todo dia com colega mesmo, todo dia uma discussão. Por causa de pinga, garrafa de pinga e eu falava: você não deu nada pra ajudar aqui. [...] Muitos colegas que me conhecia antes, você se sente mais afastado, as vezes conversam 2 ou 3 minutinhos e já te descartam. Não todos, mas uns já. Hoje um que já me deu cobertor já trabalhei pra ele na padaria.” (TRECHEIRO, 2018)

Diante das respostas percebe-se que todos entrevistados sofreram alguns preconceitos, Flor da Esperança e Valente já foram julgados, utilizaram termos como: “vai trabalhar...”, “você é novo”, “você é saudável”. Trecheiro sofreu preconceito, mas indiretamente, não chegavam a falar, mas ele percebia pelos olhares. Parte da sociedade considera que esta população quer permanecer assim por vontade e/ou escolha própria. As respostas acima coincidem com o ponto de vista de REIS (2012) que aponta que parte da população pensam que esta população se encontra nesta condição por escolha individual:

Grande parte da população não integrante do fenômeno população em situação de rua é a favor da remoção ou extermínio deste segmento populacional, pois acreditam que estes não passam de ladrões, mendigos e que se encontram nessas condições de vulnerabilidade por opção própria, que há oportunidades de desenvolverem atividades que possam mudar suas condições de vida mas que esses não querem aproveitá-las, creem

que a inserção no fenômeno é fruto de escolhas individuais. (REIS, 2012, p. 25).

Ao perguntar sobre a violência, Flor da esperança não respondeu sobre. Valente respondeu que seus pertences já haviam sido roubados e que nas ruas há pessoas do coração bom e há os ruins de coração. Trecheiro respondeu que brigava todos os dias e tinha discussões com colegas de rua por causa de pinga. Estas respostas sobre a violência nas ruas, condizem como descrito por COSTA “Risco que se transforma em medo cotidiano de ter os pertences roubados, de ser agredido por alguém entre os iguais da rua em alguma briga por espaço ou em uma desavença.” (COSTA, 2005, p. 10).

Em relação a pergunta sobre a exclusão, Trecheiro (único que respondeu todas as perguntas acima), respondeu que já se sentiu excluído por conhecidos de antigamente, que hoje o trata com indiferença por ser “morador de rua”. Mas pelo fato dos outros dois entrevistados serem julgados pela sociedade, certamente também já se sentiram excluídos por estarem em situação de rua.

Ao questionar sobre a sobrevivência nas ruas (alimentação, higiene pessoal, dormir), responderam:

“Banho é aqui na Casa de Maria, cedo, de tarde. Alimentação também, só almoço. Depois peço, mas sempre tem sopa lá no Pronto Socorro. Eles oferecem sopa, pão...[...] sete da noite [...]. Ah não tem lugar certo, na rua” (FLOR DA ESPERANÇA, 2008)

“Tem dia que nois dorme ali em baixo, não tem aquela padaria ali? Nois dorme la. Comer, nois come aqui na Casa de Maria. Sábado e domingo não. [...] A janta nois pede nas casas. Pede, é mio né doido do que roubar. [...] É, depois vai preso aí por coisa atoa. Vira não. Ta doido... [...] É todo dia, sábado e domingo nois toma na torneira lá em baixo. [...] Fica, nois acaba de almoça e vai pra lá.” (VALENTE, 2018).

“Nesses banheiros de praça mesmo, quintal abandonado. Alimentação tinha dia que jantava e não almoçava. Almoçava, mas não jantava. [...] Das casas, nois falava: ou tô com fome... Nois comprava pinga, mas não comprava o pão [...] Antigamente tinha algumas, mas era longe de mais, uma lá na 31 e uma na 14 mais uma vez na semana só. Tinha vez que ficava bêbado nem lá dava conta de chegar também. (TRECHEIRO, 2018).

Diante das respostas acima, nota-se que todos entrevistados contam e necessitam do apoio e acolhimento da Casa De Maria Nossa Senhora das Graças visto que, se alimentam, tomam banho, lavam as roupas no local, mas nos finais de semana os três entrevistados utilizam a estratégia de sair pedindo comida para sobreviver, visto que o funcionamento da Casa de Maria é apenas de segunda a sexta. Então, na ausência das refeições na Casa de Maria, pedem comida nas casas. Além disso, Flor da Esperança apontou que no Pronto Socorro (nas proximidades) oferecem comida também a noite e ao indagar sobre o local em que ela dorme, respondeu que não possui um lugar certo

Indagou-se sobre o jantar:

Valente respondeu que pede nas casas.

Em relação à higiene pessoal, Valente respondeu que aos sábados e domingos toma banho na torneira da Praça dos Trabalhadores. Trecheiro salientou que toma banho nos banheiros de praça e quintais abandonados.

Valente salientou que passa maior parte do tempo nesta praça, e após o almoço retorna para a praça.

Trecheiro aponta que devido a Casa de Maria não funcionar sábado e domingo, há dias que não almoçam só jantam ou vice-versa, uma realidade inesperada pois não sabem como serão os dias nos finais de semana.

Ao questionar se já tiveram ou contam com o apoio de alguma Instituição, e se sim qual recurso utilizaram:

“ Ihh nem perco meu tempo nisso. Isso é perca de tempo!” (FLOR DA ESPERANÇA, 2018).

“Não.” (VALENTE, 2018)

“Só aqui na Casa de Maria. [...] Ah, então com essa doença consegui encostar. [...] Recebo. Mais aí eu vou no CREAS em janeiro pra revalidar a carteirinha, o BPC se não eles cortam o benefício. (TRECHEIRO, 2018).

De acordo com as respostas acima, Flor da Esperança e Valente não contam com auxílio e/ou apoio de outra Instituição, percebe-se que recentemente só contam com o apoio da Casa de Maria. Ao questionar Trecheiro se ele contava com alguma Instituição ou se já havia utilizado algum recurso, ele respondeu que hoje só conta com o apoio da Casa de Maria, e ao indagar se já teve auxílio do CREAS, Prefeitura ele respondeu que com o Câncer ele conseguiu o Benefício de Prestação Continuada (BPC), posteriormente perguntou-se se ele já estava recebendo o Benefício e respondeu que sim e que iria ao CREAS para revalidar a carteirinha todo ano para que não corte o Benefício. No decorrer da entrevista ele relatou que com o dinheiro do BPC alugou uma casinha recentemente, mas ainda frequenta a Casa de Maria.

Por fim, ao questionar os entrevistados sobre o que poderiam relatar sobre a vivência nas ruas experiências de vida, responderam:

“Péssimo. Só... Péssimo! Tô grávida né... [...] Briguei com ele por isso tô na rua, o irmão dele vai me ajudar a cuidar, ele até pediu pra eu voltar pra lá. [...] Sim a gente morava todo mundo junto lá...” (FLOR DA ESPERANÇA, 2018)

“Sou muito chegado nessa vida não, cê é louco... Essa vida é horrível. [...] Penso sair dessa vida, arrumar uma casa e ficar de boa né? [...] É ruim demais, nossa moça. Tem dia que sento ali na delegacia fico pensando na vida demais.” (VALENTE, 2018).

“Nossa ruim demais viu, quero voltar pra essa vida mais não. Foi anos carregando uma cruz, acho que tirei um pouco de pecado na vida viu? É ruim demais quando anoitece... Procura um lugar mais seguro possível mais quando clareia já tem que levantar. É brabo viu...[...] Não...Tem uns que acostuma...Aquele ali mesmo a mãe dele chama pra ir pra casa ele não quer (se refere ao conhecido da Casa de Maria). [...] Eu quis, mas é difícil sair. Igual eu não tenho pai nem mãe, se bem que minha família chama pra voltar e eu não quero ir. Prefiro ficar na rua do que ir pra casa de família. Tem hora que passo perto de alguma barraquinha tenho vontade de ir pra lá, mas dá vontade de ficar uns 2 dias só pra matar a saudade. Agora aluguei uma casinha no Ipiranga, casinha boa... Tô ficando lá. (TRECHEIRO, 2018)

Conforme as respostas acima, observa-se que os entrevistados não gostam da situação de estar na rua e que gostariam de sair, mas é uma situação difícil. Inclusive, destaca-se aqui a fala de Trecheiro com o dinheiro do benefício BPC alugou uma casa como já citado, mas ainda frequenta diariamente a Casa de Maria para se alimentar. Além disso, nota-se que existem vários impasses para a saída da situação de rua como por exemplo o reestabelecimento dos vínculos familiares, a reinserção na sociedade e a violação de direitos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao concluir este Trabalho de conclusão de Curso (TCC) percebe-se a partir das bibliografias utilizadas para desenvolver este estudo que o fenômeno população em situação de rua é uma expressão da questão social que surge e se agrava de acordo com a estruturação do modo capitalista (capital/trabalho) e sofrem com o desemprego.

Nota-se que esta realidade atinge pessoas de ambos os sexos, de diferentes idades, pessoas com profissões e que atualmente são vítimas da desigualdade e vivem em condições de extrema pobreza.

Entretanto, os fatores que causam a ida para as ruas são diversos e podem estar relacionados por diferentes motivos sejam elas ligados a fatores econômicos, desavenças familiares e rompimento dos vínculos familiares, dependência química, dentre outros fatores que ocasionam esta situação.

Diante das falas dos entrevistados, e posterior a análise percebe-se que escassez dos serviços voltados à população em situação de rua no município de Ituiutaba-MG e na efetivação dos direitos desta população. Estes se efetivam dentro da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) na Proteção Social Especial (PSE), por tratar-se de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social, sendo atendidos pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

A ausência do Centro de Referência Especializado para População em situação de Rua (Centro POP) no município de Ituiutaba- MG agrava ainda mais a situação destas pessoas, dificultando a saída desta população das ruas e a mudança desta realidade.

Outro fator pertinente é a inexistência de um albergue, que é de extrema necessidade visto que a cidade possui uma circulação de pessoas que moram nas ruas. É de extrema necessidade um local para satisfazer as necessidades essenciais como alimentação, higiene, repouso, e acompanhamento social, o que os torna ainda mais excluídos, visto que há uma ausência de atenção voltada para esta população, pois reconhecê-los como sujeitos de direitos e resgatar sua dignidade é fundamental.

Nota-se que os entrevistados contam apenas com os serviços filantrópicos, solidariedade da população e os serviços prestados pela Associação Filantrópica

Casa de Maria Nossa Senhora das Graças, que é o local onde se alimentam, tomam banho, lavam suas roupas e etc.

As falas dos entrevistados descrevem a importância dos serviços prestados pela Casa de Acolhimento, contudo a Casa de Acolhimento é diurna, funcionando apenas de segunda-feira a sexta-feira e não oferece local para passar a noite. Dessa forma, nos finais de semana as pessoas em situação de rua “tem que se virar” para se alimentar, tomar banho e descrevem que os finais de semana são sempre muito difíceis. Sendo assim, esta população dorme em locais abandonados, nas ruas e praças.

Devido a precarização dos serviços voltados a esta população na cidade, esta população tende a criar estratégias para sobreviver, o que coincide com os estudos que afirmam exatamente isso. Os entrevistados por terem seus direitos fragilizados, não citaram que desenvolvem atividades precárias para se manter, mas afirmaram que pedem “esmola”, comida nas casas e até mesmo padaria para se alimentar nos finais de semana para garantir sua sobrevivência.

A precarização dos serviços socioassistenciais dificultam o processo de saída da situação de rua, impedindo estas pessoas de reconstruir suas vidas dignamente, o que se torna um desafio sair desta realidade. A precarização das redes de serviço como promover ações para reinserção familiar, contribuir para a autonomia desta população com o apoio e atenção com intervenções de projetos sociais para intervir nesta realidade, mas quando não é efetivado dificultam esse processo.

Cabe enfatizar, que já deram um grande passo em relação aos direitos da população em situação de rua, que já são garantidos, mas em relação a efetivação desses direitos, há passos a serem dados para alcançar os objetivos propostos na Política Nacional para a População em Situação de Rua, que caminha a passos lentos para sua efetivação.

Poucas são as iniciativas públicas destinadas a essa população. Merecem destaque os municípios, com experiências criativas e inovadoras, porém restritas diante da crescente demanda.

Esta população é vítima das desigualdades sociais, vítimas do preconceito pois são invisíveis diante da sociedade e do Estado. Percebe-se que para grande parte da sociedade estas pessoas estão na rua por escolha própria, mas de fato

parte desta população teve sua vida marcada em algum momento por um infortúnio, cada um deles possuem um motivo por estar nesta situação vulnerável, tornando a rua como espaço de moradia e sobrevivência.

Com relação aos locais onde dormem, estes são variados, mas normalmente fazem isto em praças e locais abandonados...

Sobreviver nas ruas é ter que lidar com os riscos como a violência, o roubo dos pertences, discussões com as pessoas que estão na mesma situação, visto que convivem e compartilham um espaço coletivo.

Nota-se que morar nas ruas é ter que lutar pela sobrevivência, por alimentação, encarando o frio, a fome entre outras diversas dificuldades em seus cotidianos. Utilizam a mendicância para suprir as necessidades básicas, dos locais públicos com água como as praças e banheiros públicos e contam com a solidariedade da população e entidades voluntárias. É ter que compartilhar espaço com seus companheiros de rua, é ter que lidar com os desafios e as dificuldades presentes no cotidiano e ainda criar estratégias para sobreviver.

Estudar esta temática provocou inquietações, que nos fez refletir o quanto essa população é vulnerável e sofrem todas as formas de violação de seus direitos humanos. Nota-se na entrevista com esta população que estar em situação de rua realmente é um desafio e a cada novo dia é uma luta por sobrevivência.

## REFERÊNCIAS

BALIEIRO, Elucleia.; SOARES, Carla.; VIEIRA, Eliana. Morador de rua: causas, entraves e serviços ofertado. **Temporalis**, Brasília, DF, v. 17, n. 34, jul./dez. 2017. Disponível em: <[http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14606/pdf\\_1](http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14606/pdf_1)>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BARROCO, Maria. **O que é preconceito?** Série Cadernos Assistente Social no combate ao preconceito. Caderno 1, Brasília (DF), 2016. CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno01-OqueEPreconceito-Site.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.053, 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm)>. Acesso em: 13 jan. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Inclusão das pessoas em situação de rua no cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal**. Brasília, MDS, 2011. v. 1. Disponível em: <[http://www.assistenciasocial.al.gov.br/acervo/protecao-social-especial-media-complexidade/creas-paefi/inclusao\\_pessoas\\_ua\\_Cadunico.pdf](http://www.assistenciasocial.al.gov.br/acervo/protecao-social-especial-media-complexidade/creas-paefi/inclusao_pessoas_ua_Cadunico.pdf)>. Acesso em: 1 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF, 2004. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica NOB – Suas**. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf)>. Acesso em: 03 Jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas**: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua-Centro POP. Brasília, MDS, 2011. v. 3. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes\\_centro\\_pop.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf)>. Acesso em: 03 Jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional para inclusão social da população em situação de rua**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://www.cidadeviva.org/anjosdanoite/wp-content/uploads/2010/12/politica-nacional-para-inclusao-social-da-populacao-em-situacao-de-rua-para-consulta-publica.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar**: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF, 2009. Disponível em:

<[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/Rua\\_aprendendo\\_a\\_contar.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Controle da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social. **I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua: Relatório**. Brasília, 2006. Disponível em:

<[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/S103%20-%20relatorio\\_pop\\_ua.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/S103%20-%20relatorio_pop_ua.pdf)>. Acesso em: 20 de mai. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2014. Disponível em:

<[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf)>. Acesso em: 29 de mai. 2017.

BROGNOLI, F. F. **Trecheiros e pardais**: estudo etnográfico de nômades urbanos. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Florianópolis, SC. 1996. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/76494>>. Acesso: em 3 jul. 2018.

BURSZTYN, Marcel. **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de Rua: contextualização e caracterização. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, vol. 4, núm. 1, 2005, p. 1-15. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/993/773>>. Acesso em: 08 set. 2016.

COSTA, Décio Bessa da. **Cidadãos e Cidadãs em situação de rua**: uma análise de discurso crítica da questão social. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) -

Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2009. Disponível

em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4308/1/2009\\_DecioBessadaCosta.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4308/1/2009_DecioBessadaCosta.pdf)>. Acesso em: 04 abr. 2018.

FRAGA, Patrícia. **A rua de todos**: um estudo acerca do fenômeno população em situação de rua e os limites e possibilidades da rede de proteção no município de Florianópolis. Florianópolis, SC, 2011. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121199>> Acesso em: 10 set. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <<http://docente.ifrn.edu.br/mauriciofacanha/ensino-superior/redacao-cientifica/livros/gil-a.-c.-como-elaborar-projetos-de-pesquisa.-sao-paulo-atlas-2002./view>>. Acesso em: 01/10/2018.

GONCALVES, Rita de Cássia and LISBOA, Teresa Kleba. **Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida**. Rev. katálysis [online]. 2007, vol.10, n.spe, p.83-92. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000300009&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000300009&script=sci_abstract&lng=pt)> Acesso em: 15/10/2018.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999. Disponível em: <<https://wandersoncmagalhaes.files.wordpress.com/2013/07/livro-o-servico-social-na-contemporaneidade-marilda-iamamoto.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

JUSTO, José Sterza et al. Políticas públicas de mobilidade e assistência a itinerantes: o caso dos trecheiros. **Emancipação**, v. 13, n. 3, p. 105-120, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/126865>>. Acesso em: 12 abr.2017.

LOPES, José Rogério. Exclusão social e controle social: estratégias contemporâneas de redução da sujeitidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 13-24, mai./ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n2/02.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

MATTOS, Ricardo; FERREIRA, Ricardo. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia & Sociedade**; 16 (2): 47-58; maio/ago.2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/psoc/v16n2/a07v16n2.pdf>> Acesso em: 27 abr. 2018.

MARCOLINO, Sheila Costa. **Saída das ruas ou reconstrução de vida**: a trajetória de estudantes universitários ex-moradores de rua de São Paulo. Dissertação de Mestrado defendida na PUC - São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17587>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

MENDONÇA, Gabriel Coelho. **Os sentidos subjetivos moradores de rua frente ao futuro**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas. 2006. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde\\_arquivos/6/TDE-2007-03-09T054634Z-1277/Publico/GABRIEL%20COELHO%20MENDONCA.pdf](http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_arquivos/6/TDE-2007-03-09T054634Z-1277/Publico/GABRIEL%20COELHO%20MENDONCA.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2017.

PASTORINI, A. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria "concessão-conquista". **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 53, p. 80-101, mar. 1997. Disponível em: <<http://hack.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/fabiana.schmidt/politica-social-ii/quem-mexe-os-fios-das-politicas-sociais-avancos-e-limites-da-categoria-concessao-conquistas/view>>. Acesso em: 12 set. 2018.

PEREIRA, Viviane Souza. Expressões da questão social no Brasil e população de rua: notas para uma reflexão. **Revista online Libertas**. Faculdade de Serviço Social, Juiz de Fora, v.9, n.2, p.173-195. jul./dez. 2009. Disponível em: <<https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/viewFile/1859/1308>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

REIS, Daiana Dos. **População em situação de rua e a sua relação com o trabalho**: as estratégias de sobrevivência utilizadas pelas pessoas em situação de rua. TCC Graduação em Serviço Social - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC. 2012. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103473>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

ROUANET, Luiz Paulo. Moralidade e pobreza. **Revista ethic@**, Florianópolis, v. 6, n. 4 p. 47-55, ago. 2007. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/24540/21799>>. Acesso em: 15 out. 2018.

SAWAIA, Bader. **As Artimanhas da Exclusão**: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social, Petrópolis : Vozes, 2ª ed. 1999. Disponível em:

<<https://pt.slideshare.net/RosaneGafa/as-artimanhas-da-exclusao-sawaia-org>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

SCHMITZ, Alice. **A migração como expressão da questão social**: um estudo a partir da população atendida no núcleo de apoio à família – rodoviário. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em:

<<http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial284117.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2018

SILVA, Cláudia. **Estudos sobre população adulta em situação de rua**: campo para uma comunidade epistêmica? Dissertação de Mestrado em Serviço Social, PUCSP, São Paulo, 2012. Disponível em:

<<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17574>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno**. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em:

<[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1763/1/2006\\_Maria%20Lucia%20Lopes%20da%20Silva.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1763/1/2006_Maria%20Lucia%20Lopes%20da%20Silva.pdf)>. Acesso em: 08 set. 2016.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social**: diferentes concepções e compromissos políticos. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

TELLES, V. **Pobreza e Cidadania: duas categorias antinômicas**: mínimos de cidadania: ações afirmativas de enfrentamento à exclusão. Cadernos do Núcleo Social Seguridade e Assistência Social, São Paulo, 1994.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social e pobreza. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 13 n. 2 p. 153-154 jul./dez. 2010. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/01.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2015. Disponível em: <file:///E:/TCC/TCC-

%20ARTIGOS%20PARA%20LER/Classes\_subalternas\_e\_assistencia\_social.pdf.> Acesso em: 14 abr. 2018.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A – FORMULÁRIO PARA ENTREVISTAS****UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA- CAMPUS PONTAL****ROTEIRO DA ENTREVISTA**

- 1. O que te levou a morar na rua?**
- 2. Quanto tempo você está vivendo na rua?**
- 3. Quais as dificuldades enfrentadas no seu dia a dia?**
- 4. Você possui contato com a sua família? Se não, o que te levou romper esse contato?**
- 5. Em relação a sua vivência na rua, você já sofreu algum tipo de preconceito, violência ou já se sentiu excluído perante a sociedade?**
- 6. Em relação a estratégia de sobrevivência nas ruas, como você faz para sobreviver nas ruas (alimentação, higiene pessoal, dormir)? Você recebe alguma ajuda?**
- 7. Você já teve ou conta com o apoio de alguma instituição? Se sim, qual recurso você utilizou?**
- 8. Em relação a sua vivência na rua, qual a sua experiência de vida?**

## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “O DRAMA DE MORAR NA RUA: População em situação de rua no município de Ituiutaba-MG”, sob a responsabilidade dos pesquisadores Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luzilene de Almeida Martiniano e Thais Lima Cintra, graduanda do Curso de Serviço Social na Universidade Federal de Uberlândia-Campus Pontal. Nesta pesquisa nós estamos buscando analisar a problemática da população em situação de rua, também pretende-se buscar os fatores que levam a população a estar em situação de rua, apontar as dificuldades que essa população encontra nas ruas e identificar as estratégias de sobrevivência e formas de subsistência desta população nas ruas. Para a realização da pesquisa pretende-se utilizar a pesquisa exploratória, bibliográfica e de campo, sendo que o cenário será a Casa de Maria Nossa Senhora das Graças, localizada na cidade de Ituiutaba-MG. A expectativa é de que o estudo servirá de fonte para outros estudantes que pesquisam sobre o tema. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Thais Lima Cintra, antes da entrevista que será realizada na Casa de Maria. Na sua participação o Sr. (a) responderá a um instrumental para coleta de dados que será composto por perguntas abertas. Após seu consentimento pretende-se utilizar o gravador para que se registre todas as falas dos participantes da pesquisa que serão posteriormente transcritas, e após a transcrição das gravações para a pesquisa, todo o material será desgravado. Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. O Sr. (a) não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa. Os riscos consistem em identificação dos participantes caso venha a se perder as fitas de gravações dos participantes da pesquisa, no entanto não serão fornecidos dados que comprometam a sua atuação na instituição. Os benefícios serão aprofundar o conhecimento sobre o tema abordado sem, no entanto, esgotá-lo e socializar os resultados com os setores envolvidos com a temática. O Sr. (a) é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação. Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o Sr.(a). Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luzilene de Almeida Martiniano, Thais Lima Cintra, fone: (34) 3271-5262, Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Rua Vinte, 1600, Tupã-Ituiutaba-MG. Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, campus Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Ituiutaba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

---

Luzilene de Almeida Martiniano

---

Thais Lima Cintra

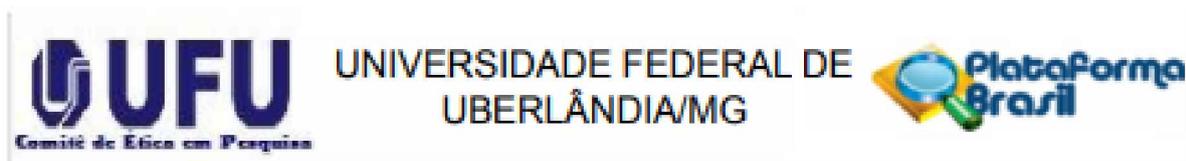
Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

---

Assinatura do participante da pesquisa

**ANEXOS**

## ANEXO – DOCUMENTO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA NA PESQUISA COM SERES HUMANOS



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O DRAMA DE MORAR NA RUA: População em situação de rua no município de Ituiutaba-MG

**Pesquisador:** Luzilene de Almeida Martiniano

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 91382218.1.0000.5152

**Instituição Proponente:** Universidade Federal de Uberlândia/ UFU/ MG

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.829.409

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se de análise de respostas às pendências apontadas no parecer consubstanciado número 2.766.843, de 11 de Julho de 2018.

O estudo pretende pesquisar a população em situação de rua na cidade de Ituiutaba-MG, pretende-se verificar os motivos que levaram essa população a fazer da rua sua moradia, buscando conhecer suas condições de vida, estratégia de sobrevivência, apontando as principais dificuldades enfrentadas, e a realidade da exclusão social em que vivem tendo em vista a precariedade de sua existência. O universo da pesquisa é a cidade de Ituiutaba, o cenário será a Casa de Maria Nossa Senhora das Graças em Ituiutaba-MG. Será realizada uma pesquisa exploratória, bibliográfica e de campo. Para isso será usada como técnica a história oral através de uma entrevista com questões abertas, todas as informações serão gravadas e os participantes deverá assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Na pesquisa será utilizada a técnica história oral, pois ela tem o intuito de investigar, compreender e interpretar a realidade das trajetórias vivenciadas pelos sujeitos a serem estudados. Serão entrevistados 3 pessoas em situação de rua, situados na cidade de Ituiutaba-MG. Em relação a análise de dados, as entrevistas serão analisadas de forma esquemática como é orientado pelos estudiosos que usam essa técnica em seus estudos.

**Endereço:** Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica

**Bairro:** Santa Mônica

**CEP:** 38.408-144

**UF:** MG

**Município:** UBERLÂNDIA

**Telefone:** (34)3239-4131

**Fax:** (34)3239-4335

**E-mail:** cep@propp.ufu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
UBERLÂNDIA/MG



Continuação do Parecer: 2.629.408

**Objetivo da Pesquisa:**

Nos termos do projeto

**Objetivo Primário:**

-Conhecer os fatores que levaram aos participantes estarem em situação de rua.

**Objetivo Secundário:**

-Apontar as dificuldades que essa população encontram nas ruas;

-Identificar a estratégia de sobrevivência e formas de subsistência desta população nas ruas.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Nos termos do projeto:

**Riscos:**

Como se trata de uma técnica em que as falas dos participantes serão gravadas e transcritas, o risco da pesquisa consiste em quebra do anonimato, que a identidade vem à tona, mas tomaremos todas as medidas para que não ocorra. Os participantes serão identificados apenas por um nome fictício.

**Benefícios:**

No que se refere aos benefícios, acredita-se que o maior conhecimento da realidade social dos moradores de rua para que futuras políticas públicas sejam planejadas e executadas.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Não há.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos apresentados.

**Recomendações:**

Não há.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

As pendências apontadas no parecer consubstanciado número 2.766.843, de 11 de Julho de 2018, foram atendidas.

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica  
 Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144  
 UF: MG Município: UBERLÂNDIA  
 Telefone: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4335 E-mail: cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 2/020409

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12, o CEP manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

O protocolo não apresenta problemas de ética nas condutas de pesquisa com seres humanos, nos limites da redação e da metodologia apresentadas.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Data para entrega de Relatório Final ao CEP/UFU: Dezembro de 2018.

**OBS.: O CEP/UFU LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DEVE SER INFORMADA IMEDIATAMENTE AO CEP PARA FINS DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DA MESMA.**

O CEP/UFU lembra que:

- a- segundo a Resolução 466/12, o pesquisador deverá arquivar por 5 anos o relatório da pesquisa e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, assinados pelo sujeito de pesquisa.
- b- poderá, por escolha aleatória, visitar o pesquisador para conferência do relatório e documentação pertinente ao projeto.
- c- a aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFU dá-se em decorrência do atendimento a Resolução CNS 466/12, não implicando na qualidade científica do mesmo.

Orientações ao pesquisador :

- O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 466/12 ) e deve receber uma via original do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado.
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS 466/12), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecida a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata.
- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS 466/12). É papel de o pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus São Mônica  
 Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144  
 UF: MG Município: UBERLÂNDIA  
 Telefone: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4335 E-mail: cep@propp.ufu.br



Contribuição do Parecer: 2.026.498

enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.

• Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprobatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res.251/97, item III.2.a).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PE_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_11/07/18.pdf	01/08/2018 09:00:28		Acerto
Outros	pendenciasmae2018.docx	01/08/2018 08:58:35	Luziene de Almeida Martiniano	Acerto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_pesquisa_mai2018.docx	01/08/2018 08:54:53	Luziene de Almeida Martiniano	Acerto
Outros	UnesLopes.docx	12/06/2018 14:45:58	Thais Lima Costa	Acerto
Outros	Relatocentrevista2018.pdf	17/05/2018 15:18:01	Luziene de Almeida Martiniano	Acerto
TCE / Termos de Assentimento / Justificativa de Assentim	TCE2018thais.pdf	17/05/2018 15:18:43	Luziene de Almeida Martiniano	Acerto
Outros	casademariatoparticipams2018.pdf	17/05/2018 15:09:07	Luziene de Almeida Martiniano	Acerto
Declaração de Pesquisadores	termosqueixa2018.pdf	17/05/2018 15:08:21	Luziene de Almeida Martiniano	Acerto
Fornal do Fôro	tblharoscithars2018.pdf	17/05/2018 14:59:26	Luziene de Almeida Martiniano	Acerto

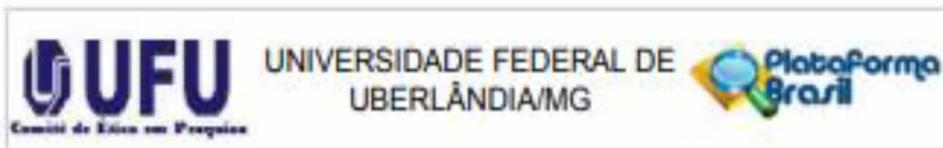
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessária Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco 11A, sala 334 - Campus São Mônica  
 Bairro: Santa Mônica CEP: 38408-144  
 UF: MG Município: UBERLÂNDIA  
 Telefones: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4335 E-mail: cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 2.929.459

UBERLÂNDIA, 18 de Agosto de 2018

---

**Assinado por:**  
**Karine Rezende de Oliveira**  
**(Coordenador)**

**Endereço:** Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 234 - Campus Sta. Mônica  
**Bairro:** Santa Mônica **CEP:** 38.400-144  
**UF:** MG **Município:** UBERLÂNDIA  
**Telefone:** (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4335 **E-mail:** cep@propp.ufu.br